



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 11

Sessão Ordinária Junho

1.º Reunião em 02/06/2022

Aos dois dias do mês de Junho do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sede da Assembleia Municipal, na Avenida Dr. Lourenço Peixinho n.º 4, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela sucedânea Joana de Oliveira Teixeira, na qualidade de Primeira Secretário, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Joana Filipa Ramos Lopes, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Carlos Francisco da Cunha Picado, Ana Maria Pinho de Seça Neves Ferreira, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Sara Sandra Resende Tavares, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, António Augusto Cruz de Aguiar, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Tavares, António José Jesus Monteiro, e António Manuel Santos Salavessa.⁰⁰¹

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, Joana da Fonseca Valente, e Fernando Manuel Martins Nogueira.

Faltou o Vereador Luis Miguel Capão Filipe.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião da sessão da Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e dos Vogais, Pedro Machado Pires da Rosa, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva, e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Joana de Oliveira Teixeira, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Celme Cristina de Jesus Tavares, António José Jesus Monteiro, e António Manuel dos Santos Salavessa.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia Maria Melo Matos, pediram escusa.

Faltou o deputado Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos. ⁰⁰³

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida na subunidade de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, dando nota da mais importante e informando os senhores deputados que a desejarem consultar, a mesma se encontra disponível nos Serviços para consulta.⁰⁰⁴

Continuando solicitou novamente que os Senhores deputados entregassem uma foto *tipo pass* para que pudessem ser emitidos os cartões de deputados e também uma pequena nota biográfica para ficar disponibilizada na página web da Assembleia.

Prosseguindo, o Presidente da Mesa informou que ia colocar à votação do plenário as atas da Sessão anterior, em tempo distribuídas por todos os membros da Assembleia.

De acordo com o previsto no n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participam na votação os deputados municipais que não estiveram presentes:

Ata n.º 09 – Sessão Ordinária Abril – 1.ª reunião realizada em 14-04-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁵

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos a Primeira Secretária Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e dos Vogais Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos, Carlos Francisco da Cunha Picado, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Rita Alexandra Monteiro Baptista e David Filipe Ramos Silva. Os presidentes de Junta de Freguesia, Catarina Marques da Rocha Barreto e Henrique da Rocha Vieira.

Ata n.º 10 – Sessão Ordinária Abril – 2.ª reunião realizada em 22-04-2022: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.⁰⁰⁶

Não votaram dos presentes nesta reunião da sessão, os deputados municipais ou os respectivos sucedâneos, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Jorge Manuel Correia Girão, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, Rita Alexandra Monteiro Baptista e David Filipe Ramos Silva. Os presidentes de Junta de Freguesia, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, Henrique da Rocha Vieira e Miguel António Costa da Silva.

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Vogal do CDS Jorge Greno, que apresentou um Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. João Pedro Dias, com o seguinte teor:⁰⁰⁸

«Reunida a 2 de Junho de 2022, a Assembleia Municipal de Aveiro expressa o mais sentido pesar pelo falecimento do Dr. João Pedro Simões Dias, endereçando à sua família sentidas condolências.

João Pedro Simões Dias foi um ilustre advogado aveirense, filho do saudoso presidente desta Assembleia Municipal Francisco da Encarnação Dias, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra e mestre em Estudos Europeus pela Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho tendo exercido funções docentes em diversos estabelecimentos de ensino superior e colaborado regularmente com diferentes órgãos de comunicação social sobre matérias relacionadas com os assuntos europeus.

João Pedro Simões Dias teve uma atividade política intensa, tendo desempenhado funções de destaque na então Juventude Centrista e mais tarde em órgãos locais e nacionais do CDS-PP.

Foi membro da Assembleia de Freguesia da Glória e tesoureiro desta mesma Junta, membro desta Assembleia Municipal nos mandatos 1993-1997, 1997-2001 e 2005-2009, administrador da EMA – Estádio Municipal de Aveiro EM e consultor jurídico do universo do Município de Aveiro ao longo de vários anos.

Foi sócio e membro de diversos Conselhos Diretores do Rotary Club de Aveiro, fundador e primeiro presidente da Mesa da Assembleia-Geral do Alavarium - Andebol Clube de Aveiro e membro de diversos órgãos sociais do Sport Clube Beira-Mar, tendo sido vice-presidente da Mesa da Assembleia-Geral desde 2014.

A morte prematura de João Pedro Dias constitui uma perda para Aveiro e é motivo de profunda tristeza para todos nós, ficando para sempre nas nossas memórias os bons momentos vividos conjuntamente.

Face a este exemplo de entrega à causa pública, a Assembleia Municipal de Aveiro curva-se, respeitosamente, perante a memória de João Pedro Simões Dias, aprovando este voto de pesar, o qual será transmitido à sua família»

Colocado à votação foi o mesmo aprovado por unanimidade.

No seguimento da votação, seguiu-se um minuto de silêncio, proposto pelo Presidente da Mesa.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, leu a “Ordem-do-Dia” enviada aos deputados municipais para esta Sessão Ordinária de Junho, cujos pontos se transcrevem:

Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de composição do Júri de Concurso de Chefias;

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 11ABR22 a 27MAI22;

Ponto 3 – Apreciação e votação da Conta Consolidada de 2021;

Ponto 4 – Apreciação e votação Proposta de Recomendação “gratuidade dos transportes públicos no modelo implementado pela Câmara Municipal de Lisboa”.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou não haver nenhum munícipe inscrito para intervir neste período regimental de intervenção do público.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Prosseguindo o Presidente da Mesa deu início⁰¹¹ ao Período Regimental de Antes da *Ordem-do-Dia*, solicitando aos Grupos Municipais que indicassem quais os vogais que iam intervir neste ponto.

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Excelentíssima Mesa, Excelentíssima Câmara, Caros membros da Assembleia Municipal. Há praticamente uma semana que terminou o processo de elaboração e aprovação do Orçamento de Estado para 2022. O documento teve a aprovação maioritária, mas solitária do Partido Socialista.

Há uma enorme distância entre este Orçamento e os orçamentos anteriores, que confirma que os avanços alcançados nos últimos anos só foram possíveis pela nossa persistência, e tantas vezes contra a vontade do PS.

O Orçamento aprovado passa ao lado dos problemas estruturais do País. Nele não constam medidas para assegurar uma justa redistribuição da riqueza criada; combater os preços especulativos; valorizar os serviços públicos; promover a produção nacional e o apoio aos setores produtivos.

Passa ao lado dos problemas da juventude, da sua autonomia e emancipação. Passa ao lado dos direitos dos pais e das crianças e de uma política que garanta o seu pleno desenvolvimento.

O Orçamento confirma que a maioria absoluta do PS não vai servir para dar resposta aos problemas dos trabalhadores, dos reformados, do povo em geral. O PS quis eleições para se desfazer da intervenção do PCP, e as primeiras consequências da maioria absoluta são a desconsideração dos problemas dos trabalhadores e do povo e ainda maior submissão às imposições da União Europeia.

Os portugueses estão já hoje mais pobres. A maioria absoluta do PS, ao recusar soluções para valorizar salários e pensões, ao afastar o controlo de preços de bens essenciais, é responsável por um real corte nos salários e nas pensões, pela especulação e empobrecimento que se abate sobre o povo português. A retórica do Orçamento mais à esquerda de sempre, mais não é do que uma piada.

A maioria absoluta do PS, abraça agora claramente os interesses dos grandes grupos económicos, uma opção em que não está sozinho. É sintomático que na rejeição das propostas que colocam em causa os interesses do capital, o PS tem sempre como aliados o PSD, a IL e o Chega.

Ficou o Governo do PS com um Orçamento aprovado, mas os problemas dos trabalhadores e do povo não terão nele resposta. A retórica das contas certas, esconde o desastre das contas das famílias, quando os salários e as pensões não chegam até ao final do mês. Contas certas como vimos nestes meses, são os milhões de euros de lucros da GALP, da EDP, da SONAE, da Jerónimo Martins, da generalidade da Banca privada.

Esta é a realidade que deveria inquietar o Governo: um país mais injusto, desigual e dependente.

O PCP levou a debate mais de 300 propostas de alteração ao OE com soluções para responder aos problemas que afetam a vida dos trabalhadores e do povo. Mas a intervenção do PCP distingue-se, mais do que pelo número de propostas, pelo conteúdo do que quis ver inscrito neste Orçamento. Demos prioridade, entre outras propostas:

À valorização dos salários e das pensões; à regulação dos preços da energia e dos combustíveis; à valorização dos serviços públicos; ao alargamento da oferta de transporte público; ao alívio da tributação sobre os rendimentos baixos e intermédios e o seu aumento sobre o grande capital; o apoio às MPME, etc, etc.

O PS recusou valorizar os salários dos trabalhadores, como o PCP propôs, permitindo que uma inflação galopante se transforme em corte salarial.

O PS recusou o aumento extraordinário de todas as pensões em 5,3% e no mínimo de 20 euros, como o PCP.

O PS recusou a adoção de medidas para controlar e fixar preços nos alimentos, nos combustíveis, na eletricidade, e no gás, como o PCP propôs. O PS recusou medidas de defesa, valorização e investimento no SNS.

Sintetizando porque o meu tempo está a chegar ao fim. Estas propostas não uma mera lista de medidas, antes se inserem numa política alternativa patriótica e de esquerda que confronta com os projetos de direita protagonizados pelo PSD, IL e Chega.

Nesta sessão da Assembleia municipal voltaremos a colocar no debate estas propostas do PCP, apresentadas na Assembleia da República, que se aprovadas teriam influência direta nas condições de vida no nosso concelho, nomeadamente na área dos transportes. Tenho dito”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[014](#)

“Boa noite Senhores Presidentes da Assembleia e da Câmara, Senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta e restantes deputados. Eu começo esta minha intervenção por saudar e felicitar O Partido Social Democrata pelas suas recentes eleições internas e pela eleição de um novo líder.

Com Rui Rio o PSD foi um Partido Socialista D. Esperamos que com Luís Montenegro o PSD volte a ser um Partido sem complexos de se afirmar de direita ou centro direita. Durante a campanha interna Luis Montenegro mostrou inteligência de não colocar cercos sanitários, linhas vermelhas ao Chega. Esperamos que o Luis Montenegro seja agora capaz de avaliar bem a conjuntura atual e perceber que o PSD nunca mais voltará a ter as votações que já teve no passado. Isto porque a fragmentação à direita não é um fenómeno exclusivo de Portugal, ela tem sido regra por toda a Europa.

Portanto isto quer dizer que sem o Chega o PSD não conseguirá voltar a ser governo. Por isso nós esperamos que Luis Montenegro aceite o repto pelo nosso líder André Ventura e sejam capazes de fazerem oposição ao Partido Socialista e à extrema esquerda. É tempo de o PSD começar a fazer oposição séria ao Partido Socialista. Tudo o resto será secundário, será uma mera distração. Com a saída de Rui Rio e a entrada de Luis Montenegro acreditamos estarem criadas todas as condições necessárias para a direita começar a construir uma verdadeira alternativa ao socialismo.

Numa perspetiva mais local eu trago aqui o assunto do aproveitamento Agrícola do Baixo Vouga Lagunar. Sabemos tratatr.se de um assunto de interesse intermunicipal uma vez que abrande os concelhos de Albergaria e de Estarreja. Em Aveiro abrange a freguesia de Cacia que representará cerca de 13% da área do Baixo Vouga Lagunar.

Há já algumas décadas se fala do potencial agrícola do Baixo Vouga lagunar e sabemos que têm havido estudo no sentido de um melhor aproveitamento agrícola da região. Isso implica o melhoramento de defesas contra a maré, uma vez que a água salgada põe em causa a prática agrícola pela perda de solo arável e implica também a defesa de cheias que ocorrem nas linhas de água primárias e implicará um melhoramento do sistema de drenagem de águas e também uma reestruturação fundiária de emparcelamento de modo a aumentar as áreas contíguas de exploração agrícola.

Nos consideramos que a recente alteração da conjuntura nacional, nomeadamente a crise pandémica, e agora muito especialmente agora a guerra na Ucrânia, veio tornar mais premente a necessidade de Portugal se tornar mais autónomo em termos de produção alimentar. O próprio governo definiu recentemente como nova prioridade o assegurar uma autonomia estratégica alimentar e neste contexto, nós consideramos que este projeto do Baixo Vouga Lagunar ganhou uma acrescida importância estratégica, estando agora reunidas as condições conjunturais necessárias ao alavancar do projeto. Neste sentido nós gostaríamos que o Senhor Presidente da Câmara nos fizesse um ponto de situação

relativamente ao andamento do projeto, que nos parece da maior importância estratégica não só para a região de Aveiro, mas também para Portugal. E gostaríamos também de saber se no âmbito do processo de descentralização em curso não se justificaria a passagem da gestão do Baixo Vouga Lagunar do Ministério da Agricultura para a alçada da CIRA. Tenho dito. Obrigado.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[015](#)

“Boa noite Senhor Presidente. Na sua pessoa cumprimento os demais presentes e quem nos acompanha lá em casa.

Eu gostaria de questionar sobre propostas que já aqui foram apresentadas nesta Assembleia pelo PAN e que pelo menos seja do nosso conhecimento ainda não foram implementadas. Em 2019 foi aqui aprovada uma proposta do PAN para implementação de uma Campanha pela Câmara Municipal, de sensibilização pela prevenção e combate à violência Doméstica.

Lembramos que no Relatório Anual de Segurança Interna de 2021, o distrito de Aveiro continua a possuir um elevado número de queixas de vítimas de violência doméstica, sendo que, como todos sabemos, as vítimas nem sempre apresentam queixa, portanto, eis um assunto que deverá merecer toda a nossa atenção.

Em 2018 foi aqui aprovada uma proposta do PAN para uma Campanha pela promoção do consumo de água da torneira. Já em 2019 foram aqui aprovadas várias propostas para a redução dos plásticos de uso único.

A Câmara de Aveiro até recentemente apoiou também um projeto da ADRA para redução do uso dos plásticos nas escolas, achamos que seria bom que nesta matéria desse o exemplo e desse cumprimento ao que foi aprovado em Assembleia.

Consideramos e não vamos mais longe, aqui em Assembleia Municipal, passados 3 anos continuamos com as garrafas de plástico, não conseguimos que fossem substituídas.

Em segundo lugar, lembramos que a Associação Afectu continua em risco de despejo do terreno onde se encontra com 70 cães. Questionamos se o executivo já conseguiu reunir com a Associação para que seja encontrada uma solução?

Também na última assembleia municipal questionámos este executivo sobre uma lixeira a céu aberto que se encontra na zona industrial da Taboeira, na Rua do Sol, e numa rua perpendicular a esta, num volume estimado de 10 toneladas de resíduos sólidos urbanos de construção civil e que podem colocar em risco a saúde pública até pelos lençóis freáticos. Questionamos se já foram tomadas medidas para a resolução deste problema. Obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[016](#)

“Senhor Presidente, Mesa, Senhores Vereadores e Senhor Presidente, e assistência. Queríamos dar conta que o Orgulho volta às ruas de Aveiro em 2022 para reivindicar nem menos, nem mais, direitos iguais.

A 4ª Marcha LGBTI+ em Aveiro já tem data e será no sábado dia 11 de junho. A concentração da IV Marcha LGBTI+ está marcada para as 16 horas no Cais da Fonte Nova.

Congratulamos o movimento LGBTI em Aveiro, que volta a percorrer as ruas da cidade, enchendo-as de cores de orgulho e de luta!

Incitamos a CM de Aveiro associar-se a este evento com ato simbólico, hasteando no dia da marcha a bandeira arco-íris no edifício da Câmara Municipal e dar desta forma um passo em frente no reconhecimento da necessidade de vivermos numa sociedade mais justa, equitativa, comprometida com a Constituição Portuguesa e com

a Declaração Universal dos Direitos Humanos, princípios basilares da nossa democracia. Deixo o convite a que participemos todos na 4ª Marcha LGBTI+ em Aveiro, no próximo dia 11, a partir das 16 horas, no Cais da Fonte Nova e juntos marchemos até à Praça da República. Amanhã Aveiro será uma cidade diferente e sabemos que em Aveiro tem uma Marcha LGBTI+ e é assim que fazemos história, mas mais importante, é assim que construímos uma sociedade que acolhe toda a diversidade que a torna verdadeiramente única.

Passando agora para uma notícia não tão boa. Quero falar aqui do recente anunciado encerramento do Avenida Café-Concerto. O Bloco de Esquerda considera que a notícia deste encerramento mostra as falhas da política cultural e urbanística do executivo municipal PSD/CDS.

É também com perplexidade que observamos que o presidente da Câmara recusa qualquer intervenção ou ação, deixando novamente claro que é o mercado imobiliário que mais manda em Aveiro. A Câmara Municipal de Aveiro demite-se das suas funções de promoção da atividade cultural e de preservação da história do município.

Recorde-se que no caso da habitação pública que o Estado anunciou para os terrenos da antiga Luzostela, o Engº Ribau Esteves ameaçou não atribuir licenciamento a esse investimento estatal positivo para Aveiro. Agora, perante a possibilidade de um investimento destrutivo, assegura que a autarquia abrirá todas as portas. Permitir a privação à cidade deste espaço de cultura e comunidade como o Avenida Café-Concerto, desconhecendo-se também o futuro propósito para este edifício histórico de Aveiro, é não apenas desolador nesta altura em que a cidade é candidata à capital da cultura2027, mas uma contradição aos critérios desta promoção que deve valer-se de ações que garantam a proteção e continuidade dos agentes culturais da cidade.

É por isso basilar, que se exija da Câmara Municipal de Aveiro, dedicação e empenho na persecução pela salvaguarda do interesse público e cultural e em trabalho conjunto com o Avenida Café-Concerto e proprietários do local, se procurem encontrar formas de manter este espaço aberto à comunidade e da mesma forma proteger, e acautelar o interesse público do edifício Avenida, antigo Cine-Teatro Avenida, construído em 1949, que é claramente património cultural da cidade. Obrigado.”

Vogal Ernesto Barros (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [017](#)

“Boa noite. Excelentíssima Mesa, Vereação, Senhor Presidente, caros colegas. Venho apenas aqui referenciar uma questão, que dada a altura a que nós estamos e dado que já passámos um pouco pela pandemia e que o nosso turismo está a começar a desenvolver novamente a cidade, venho referir uma situação que penso se torna um pouco gravoso e penso que a Câmara poderia encetar algumas considerações sobre o facto. É que realmente há várias embarcações de recreio que se querem deslocar a São Jacinto e não têm nem espaço nem cais para acostarem porque os cais estão ocupados com os barcos das pessoas que trabalham em São Jacinto ou dos que passam os passageiros para os molhes. Portanto eu apelava aqui à Câmara ao mesmo tentar potenciar um espaço naqueles trapiches que lá existem de modo a que pudessem também lá acostar algumas embarcações de recreio.

Outra situação que eu queria aqui referir é se há alguma novidade ao nível do licenciamento de obras no esteiro do matadouro em que a Câmara disse que andava a procurar um projetista para fazer aquela obra. Aquilo é uma obra muito complicada porque implica muitas autorizações ao nível do ministério do ambiente e outras entidades públicas, enfim, porque todos mandam nessa zona.

É um projeto que demorará no âmbito da oficialização e, portanto, a Câmara poderá não deve descorar esta situação porque ela é bastante importante.

Para terminar queria referir que umas situações de sem-abrigo aqui no centro da cidade, nomeadamente no parque da ponte de São João onde até tem havido lá vários assaltos e situações de carros vandalizados e pessoas. E debaixo da ponte é um maná de roupas, lixo, móveis, coisas degradadas, que eu apelava que a proteção civil mandasse lá fazer uma limpeza para aquilo poder ter outro aspeto.

E uma outra situação idêntica é precisamente no parque de Santiago (nos comboios amarelos) há lá um edifício que em tempos serviu para albergar os sem-abrigo, mas agora aquilo ficou abandonado e há ali dois ou três sem abrigo que “moram” cá fora e de facto agora com as obras de recuperação do bairro, deixar aquilo assim, dá um aspeto degradante. Era só. Muito brigado.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[018](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Boa noite a todos. Eu continuo a ouvir nesta assembleia algumas intervenções dos partidos da esquerda e extrema-esquerda, da esquerda radical, que eu continuo sem saber em que mundo é que estas pessoas vivem? É evidente que estamos a nível europeu com uma taxa de inflação extremamente elevada, face àquilo que tivemos nas últimas 2 décadas, todos sabemos disso, mas estes ajustamentos não se fazem de imediato. E, portanto, teremos de ver a melhor maneira de ajustar. Também não sabemos se alguns preços efetivamente especulativos, como disse o deputado António Salavessa, se irão manter muito mais tempo.

Mas pegava exatamente nesta questão dos preços especulativos, porque é curioso que, o que o país que que continua aparentemente a servir de inspiração ao Partido Comunista Português, não consta que durante estes 3 meses tivesse deixado de vender a preço especulativo petróleo e o gás. Continuou a vender aos preços de mercado. Os seus oligarcas, com a especulação que fizeram ao longo de duas décadas ou três, têm para eles iates que agora parece que estão para aí escondidos, mas eu não vejo o PCP revoltar-se contra isto? É curioso.

Depois temos o Bloco de Esquerda tecer considerandos sobre propriedade privada, edifícios que têm dono e cujos proprietários se quiserem fazer alguma alteração à sua utilização, certamente que poderão fazer, desde que devidamente licenciado pela Câmara Municipal.

Agora dizer que o edifício Avenida é um edifício dedicado à Cultura, isso foi até há uns 25, 30 anos atrás, que era só o cinetatro Avenida. Era assim que ele era chamado. Com plateia, primeiro balcão e segundo balcão. Provavelmente alguns senhores deputados não se lembra, porque quando nasceram, já aquilo não era assim. Como aliás era o Aveirense. A própria evolução do negocio dos cinemas levou a que aparecessem as salas de estúdio, e as coisas mudaram. Mudaram em Aveiro e mudaram em todo o país e se calhar em toda a Europa e em todo o Mundo.

Agora vir dizer que os proprietários estão sujeitos àquilo que os senhores do Bloco de Esquerda acham que deve ser feito. Eu gostava de saber como é que os senhores do Bloco de Esquerda gerem o seu património, seja ele qual for. Vem-nos pedir opinião que é que devem fazer dele? Não, fazem o que querem e lhes apetece. É propriedade privada deles. Agora vêm aqui com esta conversa que eu acho que, enfim, ou é ignorância ou é má-fé, porque eu não encontro um terceiro termo para qualificar o que dizem.

Um outro assunto que gostava de falar tem a ver de certo modo com a atividade municipal futura. Portanto tem a ver com o relatório da atividade municipal e em poucas palavras, tem a ver com a inauguração no próximo sábado. É um equipamento que já fazia falta Aveiro. Que já há nalguns concelhos vizinhos, que é o Ecocentro. E que, portanto, irá permitir a todos nós depositar determinados tipos de resíduos que mais ou menos vamos

produzindo, desde a cadeira partida ou algum tipo de equipamentos que deixamos de usar. Agora, gostava que a Câmara também fizesse uma boa divulgação de como usar o ecocentro, em que horários usar o ecocentro. Porque eu continuo a achar e eu sinto isso como cidadão, por vezes, continuamos a não saber onde é que temos de pôr a caixa de cartão que trazia uma pizza e que ficou cheia de gordura, se é no caixote do lixo ou se é no ecoponto do papel. Há várias coisas. Portanto eu acho que aproveitar talvez a abertura deste equipamento para, uma vez mais, continuar a esclarecer e informar. Porque eu acho que estamos no bom caminho quanto a utilização dos ecocentros que temos nas nossas ruas e nos nossos bairros. Mas vai havendo lixos novos que nos deixam sempre algumas dúvidas. Portanto, aproveitar uma coisa para fazer a outra, acho que seria bom que a câmara o fizesse. Disse.”

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹⁹ – Nos termos do artigo 35.º do Regimento

“O Senhor deputado Jorge Greno utilizou já em relação ao Bloco de Esquerda a expressão “ou por ignorância ou por má fé”. Então eu devolvo essa observação. Só por ignorância ou má fé, o senhor deputado Jorge Greno ter citado o PCP como inspirado pela Rússia ou os oligarcas da Rússia. Queria expressar com veemência a afirmação de que nunca o PCP subscreveu o regime de Putin e nunca o PCP subscreveu o regime existente na Rússia. Não haja qualquer dúvida a esse respeito. Só por ignorância ou má fé se pode afirmar tal coisa.”

Vogal Jorge Greno (CDS)– Nos termos do artigo 35.º do Regimento⁰²⁰

“Eu não disse que o PCP estava ligado aos oligarcas da Rússia. Portanto aqui é um problema claro de comunicação. De resto o PCP diz que não subscreve, mas nós continuamos a ver que sim! O PCP é que acha que não tem ligações com a Rússia e com Putin e com o governo da Rússia. Todos os outros acham que sim. O PCP sente-se virgem ofendida quando falamos PCP/Rússia. Sabendo nós que a Rússia foi o seguimento da União Soviética onde distintos militantes do PCP e ex-militantes, estudaram, trabalharam, passaram férias, alguns até tinham lá umas datchas. Portanto vir agora dizer que não há relação nenhuma entre o PCP e a Rússia, é tentar atirar areia para os nossos olhos e nós precisamos de areia é nas nossas praias.”

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰²¹

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰²²

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²³

“Boa noite Senhor Presidente. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimento todos os presentes e os que nos estão a ver on-line.

Queria falar aqui um bocadinho da descentralização, mas depois do que foi aqui dito, e do que já se ouviu aqui falar sobre descentralização, e mal. Revelando desconhecimento e ignorância da legislação, não é sobre isso que quero falar. Mas também queria dizer ao Senhor deputado que quero crer que nenhum deputado do Partido Socialista, nenhum vereador do Partido Socialista subscreve o que acabou de dizer. Não pode. Ou então está tudo mal, tudo baldeado. Não pode. O que eu queria perguntar ao Senhor Presidente da Câmara é sobre a delegação de competências o que é que tem acontecido? Por exemplo, na alimentação dos miúdos da escola, que é uma coisa que já é das primeiras delegações de competências que existe, mas que este ano tem sofrido uma alteração grave que é o preço do custo nesta delegação de competências.

Neste momento o Estado Central paga às Câmaras cerca de metade daquilo que as Câmaras pagam pelo almoço, sendo que nos últimos concursos está mesmo a subir e já vai

em 3 euros. E com uma agravante. É que o Estado além de não pagar o valor total da alimentação dos miúdos, cobra o IVA a 23%! Ou seja, não paga aquilo que pede para outro pagar, mas exige dos 23%. Gostava que o Senhor Presidente nos dissesse alguma coisa sobre isso.

E também sobre iluminação pública. A iluminação pública tem duas grandes áreas que é a da luminosidade e a da Segurança. Sendo que essa da segurança devia ser paga pelo Estado. Mas são as autarquias que pagam, é a lei. Mas tem outra coisa. Com estas subidas de preço de custo da energia, o Estado é quem mais ganha. Nós nem reparamos nisto, mas o preço da eletricidade sobe, sobe, e paga 23% sobre o valor da fatura. Desejava que me informasse o Presidente sobre o valor do IVA pago a mais pela autarquia nos últimos meses? E também se nos podia dizer alguma coisa sobre novo Orçamento de Estado do governo para 2022. Se isso teve alguma influência no Orçamento da Câmara Municipal. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[025](#)

“Muito obrigado. Boa noite a todos e a todas. Irei responder cuidando daquelas que respeitam ao PAOD, sabendo que anotei aquelas que corresponde ao ponto segundo da ordem de trabalhos que tratarei e responderei em devido tempo. Enfim, fizeram referencias ao Orçamento do Estado. Quero apenas deixar a nota que no que respeita à relação com as autarquias portuguesas e àquilo que foram as propostas da Associação de Municípios para enriquecer a proposta base do Orçamento do Estado, sabendo que sempre ANMP faz um ato que não publicita, que é meses antes da apresentação da proposta da lei de Orçamento de Estado, pelo Governo na Assembleia da República, a ANMP envia propostas para a elaboração.

Depois de apresentada a proposta formalmente, ANMP obviamente é formalmente consultada para dar parecer e emite parecer. Portanto há sempre estes dois momentos e, portanto, a esmagadora maioria das nossas propostas não foram consideradas. Aquelas que têm impacto financeiro, nenhuma foi considerada. E algumas menores, mas de grande importância para atividades das câmaras municipais, nomeadamente, a célebre medida troikiana que ninguém percebe porque é que o Governo teima em continuar a manter no Orçamento do Estado, que é a tal limitação para as aquisições de bens e serviços do ano a que respeita a lei, em relação ao ano anterior. É um absurdo total, que ninguém entende, que continua. Entendeu-se qual era a sua lógica e teve a sua eficiência no tempo da troika. Mas, obviamente perdeu qualquer sentido e ouçam eu já disse isto muitas vezes. São milhões de horas de trabalho de funcionários públicos da administração local e também da administração Central, porque tem o mesmo procedimento, e é algo que não serve para rigorosamente nada. É um absurdo total e lá continuou.

Portanto, conquistámos duas ou três coisas. Uma delas até é difícil de explicar, que é um aumento da capacidade de endividamento, no que respeita aos empréstimos que são utilizados para cofinanciar a participação nacional em projetos de fundos comunitários. Em que há uma delimitação de lei de 20%. A ANMP propôs a extensão para os 100% e o Governo deu a benesse ridícula de passar de 20 para 40%.

Isto, obviamente ninguém percebe o que eu acabei de dizer, pois é necessário eu dizer com mais calma, haver a apresentação de um exemplo, mas foi considerada uma grande conquista orçamental! Mais não interessa para um caracol, como é evidente.

Depois há mais uma questão burocrática que me vou dispensar de explicar por irrelevância, para não perder o meu tempo.

Portanto a luta continua. É evidente que o Governo tem algumas desculpas. Nomeadamente o Senhor Ministro das Finanças. O Governo e que muito parecido com o anterior. O

Ministro das Finanças é novo. E este é um Orçamento do Estado feito à pressa. É o chamado o orçamento da libertação da extrema-esquerda.

Ele é muito parecido com o orçamento da prisão que deu a rutura e, portanto, a malta chegou, mudou-lhe umas vírgulas e está aqui o orçamento. Acabou anteontem, o quinto mês do ano. Faltam 7 meses para acabar o ano. Mas daqui a 5 está apresentada a nova proposta de Orçamento Estado 2023. Apresentado, porque é capital para a sua elaboração aquilo que vamos fazer, o Governo e nós ANMP para tentar influenciar até às férias, até meados de Julho, é capital.

E, portanto, há uma bateria de negociações que estão em desenvolvimento para tratar deste assunto. Mas depois também há uns rapazes distraídos que vem falar de coisas como se os últimos meses não tivessem sido objetivamente irrelevantes para tratar matérias com o Governo do país.

Nós no congresso da ANMP que foi aqui em Aveiro, tínhamos o país, enfim, com o Governo com um conjunto de limitações legais e especialmente políticas. Estava o país em pré-campanha, seguiu-se a campanha, ato eleitoral a 30 de Janeiro 2022. Depois ainda teve aquele episódio em que batemos o recorde nacional da demora da tomada de posse do Parlamento por não terem sido validados os votos dos emigrantes. E, portanto, reparem, estamos a trabalhar há um mês! Há um mês.

Portanto, quando se olha para trás, para estes seis últimos meses, em termos de tempo útil para nós autarcas na relação com o Governo do país, a utilidade tem sido isto. E obviamente, quando queremos falar com o Ministro das Finanças, que ainda por cima foi nosso colega até há dias, obviamente, temos que dar o espaço de benefício de dúvida, temos que lhe dar um tempo para ele perceber onde é que se meteu. Para ele saber como se constrói o Orçamento, porque o Orçamento não foi construído por ele, mas como é óbvio tem que o defender. Pois teve que o defender, com certeza que sim. Mas as coisas são o que são. Portanto temos um grande empenho de trabalhar duro nestes tempos que temos pela frente, com muitas reuniões marcadas. Ainda hoje houve uma, segunda-feira haverá outra, enfim, é um plano brutal para ver se ajudamos o Governo, porque o resto é tudo conversa da treta.

O Senhor Presidente que está amuadinho, não sei com quem, quer sair da ANMP e outros que dizem que não sei quê. É uma conversa da treta! Porque o problema não é a ANMP. O problema mesmo é o Governo do país. E nenhum município quererá sair de Portugal. Sair da ANMP é fácil. Mas de Portugal é muito complicado. Até podiam sair, estão a ver o Porto como enclave espanhol? Mas não podem. Ninguém quer isso como é evidente. Mas é preciso que saibamos onde é que estão os problemas e que focalize a luta política onde está um problema e não atirar para o lado. Porque há um grupo de pessoas felicíssimo com esta esta discussão fora do sítio que são os centralistas da pátria. Estão felicíssimos com estes autarcas, que felizmente são muito poucos, que atiram para o sítio errado. Na vida e na política é preciso atirar para o sítio certo. E o sítio certo é onde está o problema daquilo que está bem feito, há muitas coisas bem-feitas na descentralização, mas do grupo de questões que temos que trabalhar, que é aquilo que está mal, aquilo que está muito mal, aquilo que tem algumas imperfeições e as áreas que estão pura e simplesmente no zero. Nem estão mal, mas também não estão bem. Não estão. Mas é o governo do país que tem que ser pressionado, estimulado, etecetera, para que faça daqui para a frente aquilo que ainda não fez daqui para trás.

Emocionou-me muito proposta de coligação do Gabriel Bernardo entre o PSD e o Chega. fico muito emocionado. Espero que o nosso novo presidente entrante não leve a sério seu discurso. Para ele não se poluir que nem sequer o ouça. Mas eu emocionei-me de forma particular.

Em relação ao aproveitamento do Baixo Vouga dar conta só do seguinte: Isto não tem nada a ver com a guerra! Tem a ver com a incompetência da gestão de um país. O Baixo Vouga Lagunar é dos exemplos mais precisos na pátria da incompetência de governação. O Baixo Vouga Lagunar era um projeto do estado. Do ministério da Agricultura. Com estórias, o Casimiro contou aqui apenas uma parte, mas há tantas estórias. Mas nós municípios metemos mãos nisto, com a luta difícilíssima que ainda não acabou. Ainda ontem tive uma reunião de 4 horas para tentar resolver o problema do licenciamento ambiental, da parte do sistema de defesa primário do Baixo Vouga Lagunar (Rio Novo do Príncipe) porque a outra da Ponte açude já conseguimos a obra, há-de arrancar proximamente, mas são problemas radicais. Porque o ICNF e a APA querem lá saber dos cereais, querem lá saber da cunha salina das marés, querem lá saber da vaca marinhoa, não querem saber disso para nada. São fundamentalismos absurdos que ainda existem. E, portanto, essa emoção toda da guerra e dos cereais, olhem essa malta não quer saber disso para nada.

Se tivessem estado na reunião de hoje, vocês viam o que queriam saber dos cereais e com a vaca marinhoa. Mas, portanto, estamos num outro patamar, de uma luta difícilíssima, mas que estamos na luta dura e que a vamos ganhar. E vamos ganhar, porque o que está em causa é defender o território. Um território que permite se for cuidado e defendido fazer muitas coisas. Na agricultura, no ambiente, no turismo, no lazer, imensas coisas. Agora não venha cá com filmes que agora a guerra vai sensibilizar o Governo para semear o milho e trigo no Baixo-Vouga Lagunar. Olhe, demagogia excessiva, que eu sei que é uma especialidade do Chega, não ajuda a resolver problemas sérios e complicados.

E, portanto, ó Bernardo, passar aquilo para a CIRA é ridículo. Aquilo não passa porque aquilo está ao deus-dará. Portanto não há nenhuma competência para transferir porque aquilo não está na mão de ninguém. Aquilo que nós municípios fizemos, nós CIRA, já estamos quase a comemorar 10 anos, foi dizer, nós fazemos. Ajudem-nos, nomeadamente com os Fundo Comunitários, nós fazemos. Mas não há a transferência de nada. Porque um dos problemas daquele território foi exatamente o abandono. O Governo foi-se embora! E sabe o meu amigo quem é o maior proprietário do Baixo Vouga lagunar? É o Governo da nação é o Estado Português, o Ministério das Finanças. Ah, não sabia, ficou a saber.

Portanto não há transparência nenhuma. Há competência ou incompetência. Capacidade e vontade de fazer ou incapacidade de fazer. É aqui que nós estamos.

Depois há aqui uma malta um bocado baralhada. Eu sou o presidente da Câmara de Aveiro, José Ribau Esteves. Muito gosto. Eu não sou nem o Primeiro-ministro Portugal nem o Ministro João Costa nem o Ministro Pedro Nuno Santos. Não sou mesmo.

Se algo no vosso olhar, me está a confundir com algum destes três cidadãos, pois encontrem um médico oftalmologista e eu com todo o gosto vos sugerirei alguns em Aveiro, que tem dos melhores do país. Não é preciso ir a nenhuma cidade, outro da Região Centro, nós temos cá oftalmologista do melhor do país. A frente Ria de São Jacinto, que é uma vergonha o que lá se passa lá todos os dias, é competência exclusiva do Governo da nação. É da Administração do Porto de Aveiro. Que teimam em continuar a ser donos e gestores daquilo, mas é a miséria e a vergonha que é.

Nós lutamos. Lutámos pela lei, lutamos para que aquilo nos seja entregue, mas aquilo não é nosso. Vocês ponham isto na vossa cabeça. O truque do atual Governo e chamo a atenção do Ernesto e do Jorge para não irem em cantigas de embalo deste governo socialista, o truque é muito simples. É virem para aqui fazer o que faz o Jorge! Ó Senhor Presidente, da Câmara então a escola!?! Aliás, vexa sabe porque estive na reunião de 20 de abril, em que o meu vereador Vice-presidente, respondeu com rigor absoluto às suas perguntas, iguais às que disse aqui hoje. Mais, pode ler a ata da reunião para perceber outra vez (porque a reunião foi à noite e às vezes o sono é tramado) para ter a capacidade de interiorização daquilo que se ouve. Mas é importante sabermos isto. Estamos na luta, continuamos na luta.

O Governo anterior foi miserável. A Secretária de Estado, Susana Amador, minha querida amiga do peito, aquela Secretária de Estado que não existiu, Inês não sei do quê, um desastre completo, não respondeu à Câmara, não respondeu ao agrupamento. Nós estamos em linha completamente Jorge. Completamente em linha. Já falei a primeira vez, já falei com o Ministro João Costa, vamos agora ter uma primeira reunião, digamos, mais cuidada. Estamos na luta, está tudo escrito, estamos na luta.

Em Aveiro há 3 prioridades: obra de reabilitação profunda do Conservatório, obra de reabilitação profunda da EB 2, 3 de São Bernardo, e construção da nova Escola Homem Cristo, que a Câmara constrói pagando 100% da obra.

Nós não precisamos e não queremos sequer Fundos Comunitários. Nós fazemos e pagamos como contrapartida de nos entregarem a velha Escola Homem Cristo para lá instalar os Serviços Municipais.

Agora não olhem para mim, nem me falem, como se eu fosse o Primeiro-ministro o Ministro Nuno Santos ou o Ministro João Costa. Mas peço-vos uma ajuda. Falem para eles com esses modos, especialmente esse seu modo austero, rijo, falem para eles, pá.

Deem umas entrevistas aí nas rádios. Uma coisa que esta gente do Governo faz quando chega aos gabinetes, já tem os seus assessores de imprensa “Terra Nova disse mal do Governo”. O Diário de Aveiro tem um artigo a bater o Ministro. É muito útil hoje não ser só o Presidente da Câmara de Aveiro a bater. É muito útil ser também o Jorge. É muito útil ser o Ernesto. Agora, quem manda, é o Governo do país. Quem governa o país é o Governo Socialista. Este truque que vai cultivando com sucesso, de que as coisas que o Governo não faz, não são sua responsabilidade, são responsabilidade de uns rapazes que até se disponibilizaram para fazer em nome do Governo, é um truque que está bem pensado politicamente. Mas que é uma aldrabice grave que nenhum de nós, gente séria, servidores do município de Aveiro podemos aceitar.

Portanto estamos na luta. Determinado em ter sucesso. Ajudar o Governo, aliás somos equipa. Tivemos o privilégio de receber aqui o Ministro João Costa e de eu lhe dizer, até que enfim que Portugal tem um Ministro da Educação de grande qualidade, porque o anterior era uma vergonha. Não tive problema nenhum de lho dizer. Miséria, tivemos seis anos um Ministro da Educação inenarrável. Mas agora temos um Ministro da Educação de alta qualidade.

Profundo conhecedor. Relação humana excelente. Com uma excelente capacidade de decisão ao mais alto nível. Senhor Ministro, aposto em si tudo. Eu disse-o numa reunião com os Diretores de Agrupamento de toda a Região Centro que tivemos o privilégio de receber no nosso auditório do parque de exposições.

É desta maneira que nós trabalhemos com o governo. Linear e leal. Ainda hoje tive uma reunião de meia hora ao telefone com a Senhora Ministra Ana Abrunhosa, a tratar de um conjunto de matérias. Um grupo do município de Aveiro, um outro grupo da Associação Nacional dos Municípios portugueses. A fazer o quê? A ajudar, a dar contributos, a propor. Nós somos portugueses, nós somos aveirenses, nós não andamos aqui para politiquice barata e absurda. Nós andamos aqui para fazer mais e melhor pela nossa gente, usando a plataforma que nos é dada, que é o nosso território. É para isso que a gente anda aqui e, portanto, aqueles que andam para a politiquice vão ficar a falar sozinhos ou levar a devida resposta. Porque nós vamos continuar a lutar o mais possível.

Com uma vantagem agora, que também já a enalteci publicamente. O Governo hoje só depende do Partido Socialista. O Governo libertou-se (e ainda bem) libertou-se dos espartilhos altamente negativos em que estava metido pelas suas dependências do PCP e do Bloco de Esquerda. Isto é bom para Portugal.

Agora é tempo de fazer. E, por isso, recomendo a todos, a leitura do artigo do professor Cavaco Silva recente (eu que não sou nada adepto dos seus artigos) que achei este

pequenino artigo (ele tem um problema que quando escreve, escreve imenso) que desta vez a Maria deve tê-lo orientado a escrever um artigo muito pequenino, artigo fantástico, desejando ao Primeiro-ministro António Costa que faça mais e melhor, com a sua maioria absoluta, do que ele Anibal Cavaco Silva fez, com as suas duas maiorias absolutas. Muito obrigado.”

Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de composição do Júri de Concurso de Chefias.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 05/05/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²⁶ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁷

“Obrigado. De forma breve, de forma sumária, informar que na estratégia da Câmara Municipal, no meu primeiro, no segundo e assim é no terceiro mandato, no que respeita à sua Estrutura o que sempre fizemos, e já obtivemos aqui essa autorização, para ativar uma nova estrutura orgânica da Câmara. Com essa ativação formal caem as chefias em funções e nomeamos as chefias em regime de substituição. No fundo é uma nomeação provisória. Essa nomeação provisória fica à espera apenas do despacho e do concurso público que é lançado para a contratação de chefias no período que a lei nos permite que são 3 anos. E, portanto, é nessa fase que estamos. Já aprovámos a estrutura orgânica, já está em vigor, já temos as chefias em funções debaixo desse regime, e mantivemos as chefias que estavam em funções, salvo alguma coisa que exigisse mudança, como fizemos no primeiro mandato, mas isso não foi necessário nem no segundo nem neste terceiro.

Agora é o momento de levar à Câmara e já o fizemos obviamente a abertura do procedimento e manda a lei que quem aprova o júri do concurso é a Assembleia Municipal. As pessoas que propomos são, naquilo que respeita à sua estrutura efetiva são as mesmas que estiveram nos outros dois concursos, comigo a presidir. O nosso antigo funcionário e que, entretanto, se aposentou, o Dr. Vaz Portugal e o quadro superior da Universidade António José Flôr Agostinho, em representação de uma entidade externa, devidamente autorizado obviamente pelo seu Reitor.

A mudança que tem o júri em relação aos anteriores é que o membro suplente passou a ser o Vice-Presidente Rogério Carlos.

Portanto é neste quadro, que também quisemos estabilidade e de um júri com lata credibilidade em primeiro lugar pela responsabilidade que têm em primeira instancia de presidirem e foram duas pessoas que me acompanharam no anterior e que gostei muito do trabalho que fizemos como equipa. São pessoas de grande experiência, de grande competência e de conhecimentos que no seu percurso o Dr. Vaz Portugal, o Dr. Agostinho ainda não está aposentado, mas não está longe mas, portanto, garantem um exercício competente para escolhermos o melhor possível. E o melhor possível é em cada uma das áreas escolhermos os melhores candidatos que nos aparecerem a concurso. É esta a proposta que é apresentada nesta assembleia municipal. Muito obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[029](#)

“Bom, cabe aqui lembrar, recordar, que no procedimento anterior relativo à estrutura orgânica formal e informal da Câmara Municipal, o PCP se absteve. Muito por considerar um ato de gestão relativamente própria da responsabilidade de quem tem o poder executivo. Entretanto, relativamente a esta questão, tivemos conhecimento de que houve alguma discussão na Câmara Municipal e que houve votos contrários e não queríamos terminar a nossa votação final relativamente a esta proposta, sem ouvir quem na Câmara teve uma posição contrária e os esclarecimentos que o Senhor Presidente da Câmara tiver a esse respeito. Portanto na segunda volta poderei ou não intervir, mas pelo menos clarificarei a posição do voto PCP.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[030](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Na sua pessoa aproveitava para cumprimentar todos os presentes e quem nos acompanha. Dados os esclarecimentos já dados pelo Senhor Presidente, ainda assim, gostaríamos que o senhor presidente se estendem-se um bocadinho mais no esclarecimento quanto à escolha do júri. O Executivo apresenta uma proposta de júri de três pessoas mais uma suplente. Questionamos devido à diversidade das áreas porquê designar apenas um júri para todos os concursos? Foi designado o mesmo júri para os concursos nos anos anteriores de 2014/2018 e o único nome diferente é o suplente. Questionamos se não existem outras pessoas diferentes, competentes para desempenhar essa função. Obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[031](#)

“Obrigada. Valorizamos a contratação de mais funcionários públicos para o serviço público da autarquia. No entanto, não concordamos com a composição do júri por ser um único júri para todos os recrutamentos especificados, apesar de cada ponto a recrutar ter funções e especificidades diferentes. Portanto o Bloco de Esquerda vai-se abster.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

“Nós entendemos que se o júri é o mesmo de há 4 anos e 8 anos. Se as chefias foram bem escolhidas, porque os serviços funcionam, funcionam bem, funcionam sem contestação, é sinal que o júri tem capacidade para escolher dentro destas áreas todas e, portanto, não vemos qualquer razão para mudar no que está bem. Não é preciso mudar e, portanto, votamos a favor.”

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

“Boa noite. Na pessoa do senhor presidente da Assembleia cumprimento todos os membros da assembleia, todas as pessoas, todos os membros do executivo e que quem nos está a acompanhar. O Partido Socialista nada tem e até fica contente como estes concursos públicos, com a necessidade que a Câmara tem destes procedimentos concursais e, portanto, são necessários vamos a isso. Mas, porém, termos aqui algumas reticências no que diz respeito há alguma, apenas a um único júri, como tal, como já foi dito anteriormente, e não foi combinado na estamos em coligação, é preciso que se saiba, é nossa opinião é esta, de que realmente um único júri que, pelos vistos, o ali o meu amigo

Jorge Greno diz que há 8 anos que é o mesmo leva-nos a pensar. Não que tenhamos que questionar a qualidade das pessoas que aqui estão, mas que deveria ser diversificado, até porque são vários as chefias que lhe aparecem nos seus concursos e, por isso, a diversidade talvez ajudasse um pouco. Além disso, eu agora vou dizer aqui uma coisa que não me levem a mal, com tanto trabalho que tem a câmara, o Senhor Presidente da Câmara já há 8 anos que faz estes concursos vai ter que fazer outra vez estes concursos!? É muita gente, provavelmente, não estou a brincar, estou a dizer a sério, é que às vezes deturpam um bocadinho aquilo que eu digo. Eu acho que tanto trabalho que têm, era altura de coaptarem outras pessoas, não está em causa a qualidade de ninguém. Mas diversificar quer tecnicamente, quer através até de outras pessoas de outros partidos. Faria uma coisa talvez que fosse mais simpática, mais agradável, mais diversificada e com certeza era uma oportunidade. O Senhor Presidente já diz que aceita todos os contributos, aqui está um contributo Partido Socialista que eu sei que não vai aceitar, mas fica em ata que, de facto, estamos a contribuir dizendo que achamos que este num único júri para tantos concursos, é capaz de ser demais.

E único júri composto pelas mesmas pessoas com pouca variação, também era capaz de ser um bocadinho de exagero. Portanto vamos temperar isto e talvez para a próxima o concurso do Senhor Presidente possa então reunir uma equipa diferente.

E posto isto, nada temos a opor. E já agora é com muito prazer que hoje estou aqui nesta assembleia, não tinha uma razão especial, mas porque me permitiu eu dizer uma coisa que está aqui sempre e que tinha mesmo que dizer.

Já estive aqui com outros presidentes de Câmara. Já estive aqui com vários governos, uns que eu apoiei e outros que não apoiei. E é engraçado que o Senhor Presidente da Câmara ganhou com maioria, porque os aveirenses gostaram do seu trabalho. Eu agora também lhe devo dizer que, apesar de dizerem tão mal do Governo Socialista apesar de tudo, o povo português gostou dos socialistas e deu-lhe uma maioria...”

Presidente da Mesa:

“Senhora deputada, peço desculpa. Está em causa a discussão do Júri dos Concursos para chefias? Por favor não subverta a ordem de trabalhos.”

Vogal Ana Seiça Neves (PS):

“Não, não. Está tudo relacionado. Senhor Presidente peço desculpa. Com todo o respeito e consideração que tenho por si e pelas figuras regimentais, eu muita das vezes estou aqui a ouvir coisas que não têm nada a ver com o assunto e ninguém põe cobro a isso. E nalguns casos até algumas coisas que são acintosamente incorretas. E nós ouvimos com calma.

Isto é uma opinião minha, aparte eu disse que não resistia a dizer isto, já dei a minha opinião sobre o assunto.

Mas sabe Senhor Presidente da Assembleia Municipal, eu respeito muito o senhor como respeito todas as pessoas que aqui estão, mas também é um direito que me assiste eu diversificar alguma vez, nalguma coisa. Porque já ouvi aqui diversificações. Pode não ser a melhor coisa, mas a gente encontra-se os dois um dia e vamos discutir. Dou por terminada a minha intervenção.”

Vogal Jorge Greno (CDS)⁰³⁴

Vogal Ana Seiça Neves (PS)⁰³⁵

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁶

“Não colocando em causa a idoneidade, a lisura, e a capacidade dos elementos indicados, entendendo que melhor que indicar por novidade é melhor indicar por capacidade, a

bancada do PSD votará favoravelmente porque entende que é um júri capaz idóneo e com provas dadas e tem a experiência de dois concursos que correram muito bem.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[037](#)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP):[038](#)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[039](#)

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação[040](#) o Ponto 1 - Apreciação e votação da proposta de composição do Júri de Concurso de Chefias, sendo a proposta aprovada por maioria, com vinte e quatro votos a favor (PSD18+CDS5+CHEGA1), doze abstenções (PS7+PAN2+BE2+PCP1), zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

Ponto 2 – Informação sobre a Atividade Municipal de 11ABR22 a 27MAI22.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara[041](#) para apresentação da Informação sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[041](#)

“Muito obrigado. De forma breve, apenas duas notas. A primeira para dar nota de forma sumária daquilo que está transposto neste documento que, obviamente, demonstra uma atividade continua muito intensa em várias áreas da vida da Câmara, as obras, a cultura, o ambiente. Estamos em pleno momento do Eco-aventura. Estamos a terminar a feira do livro. Enfim, todo um conjunto de atividades que marcam bem e que demonstram bem esse ritmo intenso com que continuamos a trabalhar.

A segunda nota tem a ver exatamente com o ponto 29. Basicamente é uma chamada de atenção à Assembleia Municipal. Estamos a fazer também no quadro dos pressupostos base da estruturação de um mandato. Fizemos isto no primeiro, e no segundo, e estamos a fazer no terceiro, que que é uma reforma regulamentar nesta fase inicial.

São 11 regulamentos. Nove são regulamentos que existem e que pelas aprendizagens da gestão, entendemos que tem têm de ter novo enquadramento, melhorias, no seu quadro regulamentar e dois novos.

Um que deriva da descentralização. Que é exatamente este regulamento de “exploração de modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo”. No fundo são regras que regulamentam o licenciamento de jogos, que antigamente estava na mão dos governos civis. E o outro é um regulamento muito técnico, ligado à segurança, é o regulamento de “segurança e de utilização dos espaços de acesso público do complexo desportivo do estádio municipal de Aveiro”.

É uma obrigação legal que temos, nomeadamente por causa das provas de mais alto nível. Temos que ter no fundo, a regras de gestão de segurança dos espaços de acesso público,

coligadas num regulamento municipal com essa força normativa. E, portanto, é dar nota que a Câmara Municipal aprovou estes regulamentos. Está neste momento aberto à consulta pública, já foram publicados estes 11 regulamentos no Diário da República, cá virão em aprovação final. Mas o alerta e a chamada de atenção é aqueles colegas autarcas que quiserem, em todos ou em alguns deles, enviar-nos formalmente pelo debate público ou informalmente para nós consideramos até fecharmos o processo, dizer-vos isto, teremos muito gosto em ponderar as propostas que entendam por bem, para podermos fechar este dossier qualificando ao mais elevado nível que nos seja possível os nove regulamentos existentes e estes dois também ao mais alto nível possível estes novos que surgiram com esta reforma regulamentar que culminará com a aprovação na Assembleia Municipal. Mas, como sabemos, não é exatamente nesse dia que se mexe nos regulamentos, como é lógico. E depois com a publicação em Diário da República que marcará a sua entrada em vigor. Portanto faço esta nota de convite e de chamada de atenção, que queria aproveitar neste ponto de informações. E obviamente estarei ao dispor para as questões que entenderem por bem. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴³

“Eu começo exatamente por uma das últimas questões que abordou, essa dos regulamentos. Não por pensar que não deve haver intervenção das populações e das forças políticas e de outras entidades na redação dos regulamentos, mas por um detalhe da sua intervenção, que como perceberá não é bem assim como disse. Só é assim por razões políticas do contexto em que nós estamos. Disse o Senhor Presidente que culminará com a vinda à Assembleia para aprovação e não será nesse dia que haverá mexidas. Não é assim.

A iniciativa regulamentar compete à Câmara Municipal. A competência regulamentar pertence à Assembleia Municipal. E só porque o senhor dispõe de uma maioria confortável que normalmente não quer saber o que está a ser proposto, é que pode afirmar que nesse dia não será mexido. Porque pode perfeitamente nesse dia ser decidida uma Comissão da Assembleia ou haver propostas avulsas, que alterem a iniciativa regulamentar da Câmara. Porque a competência regulamentar é aqui neste órgão, não é noutro lado.

Portanto salvaguardada esta questão, estaremos disponíveis para contribuir para o processo de construção dos regulamentos. Mas se houver alguma questão que nós consideramos fundamental e essencial, na nossa leitura da situação, se ela não for integrada, não deixará de vir aqui no dia da discussão para apreciação e votação.

Portanto fica desde já a situação salvaguardada. Esperemos que não seja preciso, que o processo da construção dos regulamentos seja suficientemente abrangente para que no dia que chegue à Assembleia seja um pró-forma a sua aprovação.

Posto isto e dado que a questão da habitação está relativamente em foco e depois de lembrar que o PCP fez propostas concretas na Assembleia da República, por forma a que o Estado assuma maiores responsabilidades na implementação de projetos de habitação pública e que assuma um papel que, de facto, não tem vindo a assumir neste particular, sabemos também que a Câmara é um parceiro interveniente nesta situação e que gostaríamos de perceber melhor dadas as trocas de propriedade que têm havido entre o Instituto da habitação e a Câmara Municipal, nas situações que vêm ocorrendo, qual é de facto, em síntese Senhor Presidente, nos quiser informar acerca disso.

Qual é, em síntese, o ponto da situação da intervenção municipal neste domínio, nomeadamente projetos de reabilitação, habitação a custos controlados, o que é que nós temos no terreno, no nosso município?

E já que, recentemente esteve em foco a questão do Griné, uma das pessoas que saiu das casas do Griné está a viver numa tenda. E recebeu recentemente uma carta dos serviços de habitação camarários, assinada pela técnica competente, em que dizia que não há solução. Não temos concurso neste momento. Eu queria saber se de facto há ou não vagas (essa é que é a questão) e para quando está previsto a realização de um concurso?

Por último, muito em síntese. Senhor Presidente, que é que nos diz acerca deste problema recente da morte de muitos peixes na zona de Horta? A Sul e a jusante de Horta.

Já lemos algumas coisas, mas queríamos uma apreciação municipal relativamente a essa questão.

Por último dizer que, nós sublinhamos, reconhecemos, a importância de tudo o que seja feito para a reabilitação ou o salvamento do projeto do Baixo Vouga Lagunar. Por isso apaz-nos saber que estão a decorrer trabalhos com vista a esse objetivo. Tenho dito.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁴

“Nós temos algumas questões. Relativamente ao ponto um, requalificação da Avenida 25 de Abril, nós visitámos esta semana várias vezes o local e a obra parece parada. A obra está parada? Nós apelamos ao Executivo que que evite estas paragens pois causam muita dor de cabeça às pessoas que lá transitam.

Relativamente ao ponto três, requalificação da Escola Básica do Bom Sucesso. Nós também visitámos a Escola, vimos o projeto, chamamos a particular atenção ao facto de estarem a construir um parque de desporto, para as crianças praticarem desporto, mas que é ao ar livre. Portanto chamamos atenção se não teria sido de considerar terem feito um parque coberto, uma vez que há uma falta tão grande de parques cobertos para a prática de desporto em Aveiro.

Relativamente à requalificação da Rua Dom António Marcelino. O relatório diz que instalaram lá lugares de praça de táxis com 2 lugares. E nós também encontramos, não conseguimos encontrar onde estão os 2 lugares dos táxis.

Nós congratulamo-nos com esta intenção da Câmara de pôr lá 2 lugares para os taxistas. Nós sabemos que era uma reivindicação a nosso ver justa eles faziam já há bastante tempo. Terem uma praça de táxis ali ao pé da Universidade. Mas nós não conseguimos encontrar onde está a praça de táxis. Os tais 2 lugares de que falam no relatório também. Não conseguimos encontrar talvez falte lá alguma placa ou algum problema de sinalização, imaginamos.

E finalmente. Relativamente ao ponto dos protocolos assinados entre a Câmara e as corporações de Bombeiros, a primeira coisa que nos chamou atenção foram as duas páginas dedicadas no relatório sobre este assunto, incluindo uma transcrição do agradecimento público feito pelos Bombeiros à Câmara Municipal de Aveiro.

Sem querermos parecer pretensiosos, isto que quase parece uma resposta ao partido Chega pela intervenção que nós fizemos no passado mês de Abril.

Mas olhe, nós gostámos do que lemos e congratulamos com o aumento de 98 mil euros no apoio para mais uma equipa de intervenção permanente. Congratulamo-nos com isso.

Se as nossas intervenções tiverem contribuído para darem mais apoio aos Bombeiros, nós já nos daríamos por satisfeitos. A intervenção do Senhor Presidente dos Bombeiros Novos aqui transcrita neste relatório, também apelamos à Câmara que interceda junto do Governo para no sentido de reforçar o apoio aos bombeiros a nível nacional.

Uma despesa corrente à qual os bombeiros não conseguem fugir, diz respeito ao seguro e manutenção das viaturas. Sem seguro e sem manutenção, os bombeiros não podem ir para a rua, no entanto é exigida sempre a presença dos bombeiros em qualquer acidente que aconteça.

Portanto seria importante que o poder central pudesse disponibilizar verbas especificamente alocadas para a comparticipação destas duas rubricas: seguro e manutenção de viaturas. Apelamos à Câmara que dentro do possível exerça pressão junto do Governo nesse sentido. Tenho dito.”

Vogal Marta Dutra (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁵

“Obrigado Senhor Presidente. Recordar Senhor Presidente do executivo que não respondeu às minhas questões no Período Antes da Ordem do Dia, provavelmente porque considerou que teriam lugar aqui. Era para lhe dizer que fico a aguardar essa informação.

Relativamente a este ponto, sobre a visita à obra do Rossio, não posso deixar de dizer que o PAN repudia a resposta que o Senhor Presidente Ribau Esteves deu ao munícipe David Iguaz, quando este o questionou sobre cumprimento da legislação em vigor nesta obra, e passo a citar a resposta de Vexa “Esse decreto-lei deve ser espanhol. O senhor perdeu as eleições, por isso vá pregar para outra freguesia. Vá para Espanha”.

Eu quero acreditar que se arrependeu de imediato de ter dito isto, uma vez que até representa todos os aveirenses uma vez eleito.

E tecer as seguintes considerações. Primeiro não podemos aceitar este tipo de discriminação de um munícipe que vive em Aveiro há praticamente 30 anos, seja pela sua nacionalidade, seja por qualquer outro motivo.

Uma segunda consideração. Parece-nos que o David Iguaz tem razão. O Decreto-Lei 164/2014, Português, da Assembleia da Republica, diz o seguinte no seu artigo décimo primeiro «Na escavação de contextos onde se presume a existência, ou sejam identificados, vestígios osteológicos humanos a equipa técnica integra, pelo menos, um especialista em antropologia física».

Sobre a habitação, já foi referido aqui, mas não posso também deixar de acrescentar, foi falado noutra ponto também, e o colega que falou nos sem-abrigo referiu-se sobretudo à questão da limpeza, da proteção civil, e disse que no Bairro de Santiago os sem-abrigo dão um aspeto degradante em contraponto a obras que têm sido feitas neste Bairro.

Eu gostaria de acrescentar, que ainda mais importante que isso, era solicitar a ação da Câmara, no âmbito da Ação Social, em colaboração com outras instituições existentes em Aveiro, percebermos a situação de vida destas pessoas, em que situação se encontra, que ajudas necessitam, e se pretendem sair da rua. Se é essa a sua vontade, que ajuda lhes possa ser dada.

Portanto não apenas a preocupação de que haja sujidade ou coisas fora do sitio, são pessoas, estamos a falar de pessoas, estamos a falar de seres humanos. Se alguns poderão optar por viver na rua, não será a sua maioria. Obrigado.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁶

“Muito obrigada. Começo com uma questão sobre a requalificação da Avenida 25 abril. Sabemos que várias árvores vão ser cortadas. E gostaríamos de saber se já se sabe o número destas árvores a cortar. E quais as espécies a substituir e o tamanho dessas mesmas árvores?

Continuando, com o processo da permuta das habitações entre CMA e IHRU. Este processo mostra claramente que quando um prédio ser de uma entidade única facilita realmente a gestão e recuperação da mesma. Mostra também que ca política que a direita apoiou e concretizou durante muitos anos em Aveiro (nomeadamente durante Élio Maia) de vender apartamentos aos moradores é errada e cria problemas. A habitação pública deve é mudar

de tipologia se for necessário e em cada prédio ser misto, com arrendamento social e com arrendamento a custos controlados.

Criticamos ainda os despejos no bairro do Griné que o Estado (IHRU) tem feito com forte presença policial. O Griné, como vários outros bairros no país mostra como os governos não tem cuidado do património público, com habitação degradada e desocupada durante décadas. E naturalmente criticamos a falta de alternativas de habitação social e habitação a custos controlados em Aveiro.

E por falar nisso, em que estado estão as obras do grande anúncio em campanha eleitoral sobre as habitações a custos controlados em Aradas?

Também, como estão as obras da obra estatal de habitação a custos controlados para os terrenos da antiga Luzostela em Esgueira.? A ameaça de veto do Presidente da Câmara adiou ou perigou esta construção?

Passando a outro tema, o das refeições escolares. Entendemos que em vez de um concurso para ter comida nas escolas através de sistemas de catering, o preferível seria ter um serviço público abastecido com produtos locais, com baixa pegada ecológica, boa qualidade alimentar e com cantinas.

Sobre a obra do Rossio aberta aos cidadãos. Obra do Rossio Aberta aos cidadãos, mas quanto baste. Aparentemente nem todos os cidadãos são bem-vindos, nem tão pouco que se discuta o projeto e visite a obra. E certamente o Presidente da Câmara não deve mandar ninguém pregar para outra freguesia ou para outro país, como fez com o cabeça de lista do PS à Junta de Freguesia de Glória e Vera-Cruz.

Aqui quero falar também na questão do apoio social e económico às famílias em situação de fragilidade e de rua. Ocorre-me a situação de uma grávida de 7 meses, pobre e sem-abrigo, que vive em construção abarraca, sem eletricidade e água canalizada em pleno centro da cidade, sem condições de habitabilidade e com o receio que lhe seja retirado o bebé que espera, como já aconteceu com outro filho.

Nesta sequência, condenamos as declarações ao Diário de Aveiro do Presidente da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, que perante um cenário destes diz unicamente, “que se não têm condições não devem ter filhos” O serviço público não serve para dizer que perante uma situação de pobreza e do nascimento iminente de uma criança, o que tem a dizer é que era preferível que aquelas pessoas não tivessem filhos por serem pobres. Obrigada.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[047](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Esta visita à obra do Rossio, que ocorreu e eu pude estar presente, tem sido muito falada. É lamentável que a visita proporcionada pela Câmara Municipal aos eleitos desta Assembleia para visitar 30 ou 40 outras obras estão em curso, apenas tivesse a presença de elementos da maioria e do Partido Socialista, os outros não foram.

Portanto é porque não estão interessados não querem conhecer, não estão interessados em fazer perguntas local, que muitas vezes é mais fácil do que estar a ler um relatório (se é que os leem) mas registamos que quando é para trabalhar sábado de manhã é desagradável. Depois vêm aqui dizer assim umas coisas sem grande sentido. Dentro deste aspeto da atividade municipal destes dois últimos 2 meses, em números redondos, a questão regulamentar é importante.

Porque para algumas pessoas, regulamentos, estatutos, etc, são entidades mortas. Portanto faz uma vez e deve ficar para todo o sempre, sossegadinho, sem alterações.

Ora os regulamentos têm de ser adaptados ao evoluir da vida da sociedade, da vida das instituições e, portanto, é normal e natural que haja revisões. Até porque não há nenhum

regulamento de certeza destes 11, não se vá descobrir daqui por uns meses que há lá uma vírgula fora do sítio, que há um erro qualquer. É feito por humanos, por enquanto. E, portanto, errar é humano e os regulamentos vão sendo revistos, naturalmente.

De vez em quando, são precisas revisões maiores, outras vezes são os ajustamentos e, portanto, é uma coisa perfeitamente normal. É aberta à participação de todos aqueles que desejem e a câmara depois decidirá a proposta final a apresentar a esta Assembleia para aprovação.

Visitámos, como disse, um conjunto grande de obras que estão a decorrer. É um assunto que já tem sido falado aqui algumas vezes. Nem sempre a velocidade a que as obras decorrem é aquela que é pretendida. Mas basta ler ou ouvir o que se vai dizendo por aí, desde a dificuldade no abastecimento de alguns materiais que levam a que as obras possam atrasar. Outras vezes, continuamos ainda a ter alguns surtos de covid nalguns ambientes trabalho atrasam a obra. E, portanto, há sempre um conjunto de circunstâncias que fazem com que as obras não decorram à velocidade que era pretendida.

Lembramos que há um ano, o Partido Socialista dizia que, se calhar, era melhor adiar o início de algumas obras. Pois se o tivesse sido, qual seria o sobrecusto que teríamos hoje com os aumentos dos materiais. Basicamente dos materiais que ocorreram no último ano.

O Partido Socialista não adivinhava, ninguém adivinhava o que se ia passar (é um facto) mas só prova que a decisão da Câmara foi uma decisão boa em avançar com as obras. Vão avançando à velocidade que é possível, não só as obras da Câmara de Aveiro, mas todas as outras, porque sabemos também que mesmo as obras, que é o próprio Estado que está a executar, têm problemas rigorosamente iguais. E certamente em câmaras do Partido Socialista acontece rigorosamente a mesma coisa e do Partido Comunista. Não acontece o mesmo dos outros partidos porque não gerem nenhuma Câmara.

Pronto, são situações que vamos atravessando. E o momento que vamos vivendo também é traduzido neste relatório.

Ao fim de muitos relatórios parece que estamos a voltar a ter a vida normal. Com um conjunto de eventos grande como estávamos habituados até 2019. E como estamos agora a retomar em 2022. É talvez a nota mais positiva neste relatório e julgo que partilhada por todos, independentemente de gostarem mais do evento A ou do evento B com isto ou com aquilo, mas o que é importante é que estamos a poder fazer uma vida normal, com algumas limitações ainda e podemos ir a espetáculos, exposições e feiras, etc. e isso acho que para todos nós é fantástico e também nos ajuda encarar o futuro e estes tempos difíceis que vivemos.

Por último, uma situação que ocorreu recentemente. Houve uma entrada de um estacionamento de um edifício em Aveiro que esteve bloqueado o dia todo com uma viatura de um cidadão que não terá reparado que aquilo era a entrada de uma garagem e deixou lá ficar o carro e as pessoas desse edifício não puderam sair durante todo o dia.

A PSP foi chamada ao local e disse que nada podia fazer, porque não tinha uma grua. Coisa estranha, porque eu acho que nessas situações quem paga o reboque não é polícia, é a pessoa que é autuada porque deixou o carro mal-estacionado. Mas hoje estive numa outra cidade do Norte do país e vi passar uma grua toda bonita, toda pintada, que dizia Polícia Municipal. E a pergunta é: será que a nossa polícia municipal, já que a PSP não o faz, e infelizmente a negligência de alguns condutores continua a causar constrangimentos destes, se este não seria um equipamento útil para estar na posse da Polícia Municipal, para em casos destes, poder resolver os assuntos com a rapidez necessária.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰⁴⁸

Vogal Ana seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴⁹

“Eu prometo que não vou diversificar. Eu queria falar de um assunto sobre habitação e neste caso muito a sério. Eu sei que têm feito algumas reparações em várias casas dos bairros sociais que pertencem à Câmara, mas foi surpreendida um dia destes num programa da SIC, fiquei muito incomodada com aquilo que vi, que é sobre o Bairro da Vila Verde, uma reportagem muito grande.

O Partido Socialista já em tempos também tinha falado sobre este assunto. Eu chamava especialmente a atenção do Senhor Presidente, se tudo aquilo que eu ouvi naquela reportagem sendo verdade, eu acho que a Câmara vai ter que fazer aquelas obras e reparar aquilo. Porque continuarem as pessoas a viverem com telhas de amianto e a queixarem-se permanentemente disso, segundo disseram que fizeram chegar à Câmara os seus pedidos. Eu penso que a câmara não vai ficar maneira nenhuma insensível a essa situação e terá que a reparar. Estou a dizer aquilo que ouvi na reportagem. E mais, que este assunto tinha sido já reportado e que a Câmara não tinha respondido.

Eu gostaria que o Senhor Presidente me desse alguma resposta sobre esta matéria, porque, assim sendo, é deveras preocupante a existência, como sabemos, das telhas, e preocupante se por acaso a Câmara não tem uma intervenção nesse aspeto.

Depois gostaria de dizer o seguinte. aqui bem pertinho no sítio do soldado desconhecido, aquilo deve ser um Jardim que ali está um bocadinho estranho. É aqui mesmo na Avenida, já num sítio onde se pode circular. Creio que nos mereceria algum arranjo e não ter aquelas ervas que lá estão, que eu acho que não são agradáveis de ver a quem passeia por ali.

E, finalmente, gostaria de saber ou se a Câmara tem alguma coisa para me dizer sobre a requalificação do Bairro da Beira-Mar. A manutenção da traça daquelas casas que dão a sua especificidade àquela zona muito visitada pelos turistas e de repente, começámos a ver subir obras em altura, com as mais variadas arquiteturas... Eu, ó senhor Presidente, eu trago-lhe fotografias que depois vai me dizer se eu estou por acaso a inventar. Casas com fachadas completamente descontextualizadas. Casas que não percebo como podem ter sido permitidas com portas de uma dimensão estreitíssima. Aquilo que eu estou a dizer eu posso fazer prova e fazer chegar ao Senhor Presidente.

Eu gosto do Bairro da Beira Mar e gosto, como as pessoas que lá moram, que aquilo esteja o melhor possível. Não queremos alterações para lhe tirar as suas características, mas queremos que cuidem e que, assim como antigamente, todas as pessoas que tinham de colocar azulejos nas suas fachadas, tinham que vir à câmara para a câmara dizer se aceitava ou não aceitava aquele revestimento. Tudo tem a sua época, tudo se pode modernizar, mas pode-se manter as suas características. Por exemplo, na Costa Nova, ninguém se lembra de alterar os palheiros ou fachada dos palheiros, que é uma característica daquela zona. E, portanto, chamava a atenção para isso, porque realmente é incomodativo, é preocupante mesmo, ver aquilo estar a transformar-se uma amálgama de coisas que ninguém entende. Para já não falar de outros assuntos que também dizem respeito. O problema dos barulhos junto da Praça do Peixe, que as pessoas continuam a queixar muito. O grande volume de gente que por ali anda muito bem, é necessário que também circulem muitos turistas, mas também creio que esta minha preocupação será uma preocupação que o Senhor Presidente levará em consideração, porque é uma preocupação da cidade. Disse.”

Vogal Sara Tavares (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁰

“Muito boa noite. Eu queria falar um bocadinho sobre a Cultura e fiquei muito contente por Aveiro, ter ficado entre as 4 cidades escolhidas para Capital da Cultura em 2027. Como sabem eu acompanho bastante a parte Cultural e queria fazer algumas questões. Primeira era sobre a Feira do Livro. Porque achei e queria perguntar se o facto de haver menos livreiros na feira, em a ver com a aposta noutros eventos à volta, nomeadamente as conversas com os autores, que também acho importantes, ou se tem que ver, com o facto, desses livreiros não aceitarem os convites. Porque realmente a Feira do Livro tem vindo a ser mais e mais pequena. Sei e vi e presenciei que houve vários eventos à volta da Feira, que achei bastantes bastante positivos.

Essa parte da candidatura a Capital Europeia da Cultura entusiasma-me porque efetivamente, Aveiro ganhando, vai ter um conjunto de locais até, como por exemplo, a tais residências artísticas, como na tal visita que fizemos que o Jorge Greno falou, falámos sobre isto também. E que eu acho que é essencial, nomeadamente porque Aveiro tem bastantes artistas que não têm local onde possam efetivamente dar azo à sua criatividade.

Outro aspeto. Como esta candidatura tem que dar no fundo, tem que trabalhar com todas as pessoas eu aproveitava o facto de terem falado no Avenida.

Eu realmente, o Avenida oferecia bastantes opções, nomeadamente concertos, apresentação de livros e até Teatro. Algumas escolas aproveitavam o espaço para apresentarem lá os seus trabalhos anuais. E eu queria só perguntar se o Senhor Presidente tem conhecimento de uma Petição que hoje começou, que me enviaram, que já tem cerca de 600 e tal assinaturas e que pede, que propõe, não sei quem fez esta Petição, são pessoas que gostam de Cultura certamente e que gostavam de frequentar o local. E que pedem, então propõem, uma conversa e diálogo com a Câmara Municipal. Dizem mesmo, propomos então que a Câmara Municipal de Aveiro em trabalho conjunto com a Avenida Café-concerto, tente encontrar um meio termo de comunhão, de forma de encontrar alguma solução.

Pronto eu queria saber se tem conhecimento disso e se estão a pensar também fazer essa audição no fundo de perceber se se pode enquadrar e se efetivamente podendo-se, se no âmbito desta candidatura a capital europeia da cultura, se se pode também ou encontrar outro local, o que se faça alguma coisa, para que as soluções que o Avenida tinha, que teve durante este tempo, se possam também fazer ou noutra local ou a também prevalecendo a história do local do edifício, não é. Tentar negociar com o dono do Avenida.

Portanto eram estas duas questões relativamente a essa Petição. Se tinham conhecimento e se já há alguma forma ou se já pensaram como agir relativamente a esse assunto e relativamente também aos livreiros e o facto de haver menos livreiros na Feira do Livro.”

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰⁵¹

Vogal Joana Lopes (PPD/PSD)⁰⁵²

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁵³

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁴

“Muito boa noite. Senhor Presidente, cumprimento todos. E sobre o ponto em discussão eu normalmente tenho sempre a preocupação de elencar aquilo dentro das muitas ações materiais e imateriais, aquilo que mais de facto para mim se destaca e que se prende também muito com a visita que nós fizemos às obras do município. e que, desde logo, agradecemos, nós deputados que participámos nessa visita, à Câmara Municipal por nos ter dirigido esse convite.

Eu vou aproveitar até sugerir que se fizesse mais uma a meio do mandato. Eu sei que há a prática de se fazer apenas no início do mandato, mas mesmo que retirem o almoço, que é o

único almoço que a Câmara Municipal de facto suporta no convite que faz aos membros da assembleia municipal, que é também um ato de alguma consideração para com esta Assembleia. E, de facto, é muita pena que de facto muitos grupos parlamentares não tenham marcado a sua presença e tenham perdido esta oportunidade excepcional de ver aquilo que se faz pelo município. E, nomeadamente, estou aqui a lembrar-me do Rui Alvarenga do PAN que já aqui não está, que achava sempre que as obras só se faziam no centro da cidade, aqui perdeu efetivamente uma excelente oportunidade de ir ver o que é que se está a fazer nas outras freguesias não urbanas do nosso concelho. Perderam verdadeiramente essa oportunidade.

Eu não posso deixar de referir aquilo que mais me impressionou nesta visita às obras e que está explanado neste relatório. Aliás, está totalmente em linha com a nossa Carta Educativa que diz que até final de 2023 todo o Parque Escolar e ainda agora com mais vontade depois de ouvir as declarações do deputado do Partido Socialista, falar sobre a Escola Homem Cristo. Que é a diferença entre a ação e a inação, é exatamente o que está a acontecer neste concelho e, que é o facto, de todo o parque escolar até 2023 ou estar todo intervencionado ou estar em obra ou em projeto.

E, portanto, isto vai ser cumprido. É uma promessa eleitoral, mais uma, que vai ser cumprida. Mas eu não posso deixar de realçar a importância desta componente, desta promessa eleitoral. É que eu não consigo olhar como a obra do Rossio, ou da obra da Avenida Lourenço Peixinho e considerá-las mais importantes do que todo o esforço que está a ser feito ao nível do parque escolar do nosso município.

Isto, não sei se pela razão de ter nascido filho de pais que foram professores a vida toda, é a consciência de que de facto a Educação é o motor do desenvolvimento de qualquer sociedade. E aquilo que se está a fazer é a reabilitar e a criar condições de qualidade e de conforto para toda a comunidade escolar, para que as nossas crianças aprendam com mais qualidade, com mais conforto, com mais equipamentos, com mais condições em geral e, portanto, isto é de imensa importância e está a acontecer em todo o concelho de Aveiro.

E, portanto, só para dar aqui um dos exemplos, Solposto 2 milhões de euros; escola do Bom sucesso 1,1 milhões, centro escolar de N.S. Fátima 2.7 milhão de euros. Está a obra à vista para qualquer pessoa que lá passe no acesso para a autoestrada. Escola básica Quinta do Loureiro, que tivemos o privilégio de visitar in loco, estava a empresa construtora para nos fazer a visita guiada e em que nós podemos ver a qualidade dos materiais, o conforto daquelas salas ao nível acústico ao nível térmico. Portanto aquilo é aquilo que se pede. E estamos a falar das escolas do tempo da outra senhora em que em dezenas e dezenas de anos nunca se fez lá qualquer intervenção. E, portanto, isto para mim foi a marca da visita que fizemos às obras, entre tantas outras coisas que nós vimos de imensa importância.

A última nota que gostava de dar prende-se não só com o sucesso que foi, de facto, a Feira de Março. Mas eu vou também elencar aqui também outra coisa que eu já não ia há alguns anos e acabei por ir, foi a Automobilia. Foi uma feira do enorme sucesso, que projeta a cidade de Aveiro além-fronteiras. Eu não sei se as pessoas têm consciência, mas inclusivamente feirantes encontram-se nesta exposição vindos de Espanha, de França, para vender os seus componentes.

A feira estava completamente à pinha. Grande mérito, a Câmara dá o seu apoio neste processo, mas o grande mérito também aqui tem que se assacar e as coisas quando são bem-feitas devem ser referenciadas, ao Clube Aveirense de Automóveis Antigos, que de facto pôs ali uma feira de excelência que, inclusivamente, há câmaras municipais que fretam autocarros para vir e trazer os seus municípios para verem esta feira. Muito obrigado.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[055](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Só duas ou três notas relativamente aos trabalhos realizados neste período, que é um período curto. Que eu poderia dizer que é um período curto, mas de investimento grande. Investimento na rede viária, na cultura, na educação, no desporto.

Querida também realçar o protocolo de colaboração com as duas Associações de Bombeiros, aliás reconhecido pelos seus presidentes. A Câmara de Aveiro está a fazer o que deve e eu quando leio nos jornais que muitas Associações de Bombeiros, por força da inflação, do custo da energia, dos combustíveis, estão com as mãos na cabeça sem ser apoiadas pelo Governo. Esta ação da Câmara Municipal é importante e, portanto, um agradecimento também até pessoal, e de todos os municípios, pelo que está a fazer pelos Bombeiros, pois são eles também que zelam pela nossa segurança e isso é importante.

Querida deixar aqui, nestes principais investimentos de quase 11 milhões de euros, uma referência à intervenção que a Câmara teve de pagar nesta última fase na Rua do Sal.

Eu acho importante que se diga, porque a Câmara Municipal de Aveiro que gastou mais meio milhão de euros, numa obra de que não é responsável.

Outra entidade é responsável. E o mais grave é que o que se passa naquela curva da Ria na antiga lota, passa-se em muitas zonas da Ria.

Para quem a conhece há muita degradação em zonas da Ria, sobretudo no município de Aveiro, provocada pelas mesmas razões do que aconteceu no enrocamento da Rua do Sal.

O Governo desviou-se disso, desvia-se disso, desvia-se desde o ano 1998, quando um Senhor Primeiro-ministro decidiu que, uma decisão que tinha quase 200 anos deveria ser revertida, ou seja, a responsabilidade da Ria deixava de ser Junta Autónoma do Porto de Aveiro e passou para o Porto de Aveiro. Só que o que dá dinheiro ficou para o Estado o que não dá dinheiro abandona-se. Foi o que em 1998 o Governo Socialista fez relativamente à Ria de Aveiro e toda a sua zona adjacente.

Portanto queria realçar Senhor Presidente a sua dinâmica de investimento que aproveitou os bons tempos. Esses bons tempos permitiram-lhe que agora este aumento brutal que está a acontecer nas obras hoje, e que as câmaras e também o Governo estão a fazer com a inflação enorme existente, houve investimentos que fugiram a isso. Foram feitos antes contra a vontade de muita gente que está aqui sentada nesta assembleia. Que dizia pague a dívida e não faça investimento. O que quer dizer que daqui a mais não tínhamos uma coisa nem outra.

Senhor Presidente fez muito bem em fazer como aquele ditado português “não deixes para amanhã o que podes fazer hoje”. Obrigado.”

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[056](#)

“Neste ponto da atividade municipal e após estes nove anos passados, de trabalho árduo, para nós PSD este executivo delineou e tem seguido quatro pontos chave na celebração diária. Foi a estruturação da Câmara, a assunção da dívida no FAM, o pagamento da dívida, o controlo das contas correntes e investimento. Investimento, muito investimento. Investimento como há muito não se via em Aveiro. Com uma diferença, agora o investimento, muito investimento, é investimento criterioso em obras, materiais, e que são feitas e pagas.

Sobre o documento e nome do PSD, queria agradecer ao Senhor Presidente e aos restantes vereadores, a volta às obras e aos investimentos, que nos proporcionaram no sábado. Querida também realçar a presença dos vereadores do Partido Socialista na mesma volta.

Esta visita e esta volta pelas obras em curso foi importante. Pois podemos constatar que as obras em projeto ou em obra avançam e de gostámos de ver e constatar a matriz de qualidade das obras nas escolas. A matriz de qualidade nas obras das escolas é muita. E gostávamos de referir aqui isso.

Também podemos através das explicações do Senhor Presidente ficar a saber da progressão das mesmas obras e do seu benefício para Aveiro e para os aveirenses.

Quanto ao dia aberto para a obra do Rossio. Sabe Senhor Presidente, acho que foi um risco. Um risco, mas o risco inovador. Não conheço outra câmara que faça isto. Abrir uma obra, com técnicos durante todo o dia, a mostrar e explicar o avanço das mesmas.

Não foi para discutir o projeto. Esse foi muito discutido e levou alguns anos a discutir. Agora é tempo de obra. De falar de obra e de falar dos avanços da mesma. Mas sabe Senhor Presidente, o PSD lança-lhe um desafio, que aconteça mais visitas às obras e nas obras mais importantes. Talvez o Rossio, a Avenida, as Escolas, criar mais dias abertos para as pessoas, a população e os aveirenses possam ver e questionar os técnicos sobre o andamento das mesmas e qualidade das mesmas.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁷

“Muito obrigado. Em primeiro lugar queria dizer aquilo que disse à pouco sobre a hipótese da minha recandidatura e o convite a doutora Maria Seíça Neves e seguramente também a propositura do Presidente Fernando Marques, como é obvio tratava-se de uma brincadeira. É só para informar porque o alarido provocado nas redes da má língua é uma coisa notável. Porque há alguém que não viveu a ambiência lúdico recreativa que desenvolvemos aqui com todo gosto, dizer que se tratou de uma brincadeira. Mas só anotar que obviamente, se eu fosse candidato, o Fernando era o meu candidato como é evidente. Até porque ele é sempre para mim uma referência, uma luz e elemento indutor de energia.

Salavessa o meu amigo sabe jogar com as palavras e, portanto, a diferença daquilo que dissemos os dois é o mesmo. O Salavessa concentrou-se na formalidade ou concentrei-me na realidade. E, portanto, sabemos como é que tudo funciona.

Eu só chamei a atenção para aqueles que quiserem contribuir em tempo útil, na perspetiva de darem contributos úteis para a substância que o faça. Aqueles que ficarem só ligados à forma pois que o façam também. Foi apenas isso e, portanto, nada mais. Mantemo-nos unidos na gestão da reforma regulamentar independentemente dessa diferença de vexa na formalidade. E por isso o PCP vai definhando e nós, Aliança com Aveiro, foi e vai continuar a crescer.

A questão da habitação. Há umas questões que o Salavessa colocou e outros de vocês falaram sobre a matéria. Dar conta do seguinte sumariamente, obviamente, porque, enfim, tenho muitas coisas para esconder e hoje a minha voz também não está com as capacidades de todas. Nós basicamente apostámos em primeiro reabilitar o parque habitacional de habitação social da Câmara. São 600 fogos. Encontrámos 70 fogos inabitáveis, tivemos e ainda estamos porque ainda não acabámos fazer os projetos de reabilitação. Quando se fazem projetos habitação num fogo que não tem gás, tem de colocar rede de gás. Não foi só pôr novo e retirar o velho, foi introduzir competências hoje de habitabilidade que das quais nós não podemos abrir mão.

E depois arranjar empreiteiros. E cada vez é mais difícil arranjar empreiteiros. Em cada concurso tivemos mais dificuldade. Terminado um grupo de fogos, como estamos neste momento a terminar mais um, nós lançamos os concursos para que os interessados se candidatem. E é assim que é feito.

É por isso que a carta diz Salavessa. Porque as pessoas não podem ocupar habitação que não é sua. As pessoas candidatam-se a concursos e há um conjunto de critérios e o júri do

concurso (e esse sim é absolutamente técnico), faz uma grelha e aos primeiros classificados são-lhes entregues as habitações.

Portanto é assim que se faz nas entidades que tomam conta do que é seu, como a Câmara. Nas entidades que não tomam conta do que é seu, como o IRHU, pois há a probabilidade de (acontece não só em Aveiro como em muitos sítios) acontecerem situações de perda de controlo o que é negativo para as próprias pessoas.

Nós fizemos, a tal frase que tiraram de mim que andaram para aí também camaradas seus a colar nas paredes com uma frase minha que eu disse aqui na Assembleia “s despejos são um instrumento importante para pôr em ordem processos que não estão em ordem” nós fizemos 12 despejos em Santiago. Nenhum teve Polícia, nenhum teve sentença judicial, nenhum teve notícia de jornal e nenhum gerou nenhum problema social a ninguém.

É a nossa forma de trabalhar. O IRHU é longe das pessoas. É longe do território. É tratar de burocracia em vez de tratar dos seus inquilinos. É a fazer a fugir dos jornalistas em vez de dar às notícias dos trabalhos e das obras e dos projetos está a fazer. São formas de estar diferentes.

Quanto à habitação de custos controlados. A nossa operação câmara com a empresa Encobarra engenharia, ela está a ultimar o processo de certificação formal pelo IRHU e estamos a fechar o alvará de loteamento e já entraram na Câmara dois primeiros projetos de Arquitetura e de especialidades para 2 prédios. Relembro, são 4 prédios, digamos, 2 pequenos e 2 maiores. E a empresa decidiu que a primeira fase era só um dos pequenos e pela procura tão rápida empresa decidiu assumir na primeira fase logo dois, um pequeno e um grande. Portanto o processo está a correr, enfim, com as burocracias, pois houve muitos problemas com os registos, por cauda da forma como foi comprado, o registo nas finanças, na conservatória, mas está todo esse trabalho todo em curso.

Quanto à operação de habitação a custos controlados nos terrenos da Luzostela do IHRU, nós, ao contrário que vocês disseram, tudo disparates é só disparates, nós estamos a trabalhar com o IRHU. Temos trocado vários emails para fecharmos os termos de referência do concurso que o IRHU vai lançar proximamente, para contratar projetista. O IRHU foi tendo diferentes perspetivas em relação ao projeto e, portanto, decidiu fazer esse trabalho em equipa com a Câmara Municipal de Aveiro. Temos estado empenhadíssimos nisso. Neste momento o número de fogos referenciado, porque é referenciado, porque falta agora passar estudo urbanístico formal e depois fazer projeto, são 115 fogos.

Portanto dar-vos conta que temos trabalhado em equipa. Vamos ter uma técnica nossa no júri do concurso, a nossa chefe de divisão de planeamento do território, portanto é um processo da equipa que está a correr muito bem.

Temos a nossa estratégia local de habitação a ser desenvolvida, embora seja apenas para cumprir formalidade porque aquilo não interessa para coisa nenhuma. Mas enfim, sempre nos ajuda a pensar um bocadinho e cumprimos o preceito legal.

Este é o quadro principal de muito trabalho, de investimento, e especialmente o que é mais importante de tudo, desde que chegámos, mesmo antes de começar a fazer obras — acompanhar os nossos inquilinos. Conheçê-los, visitá-los regularmente, ajudá-los, instalar os condomínios, fazer ações de formação regulares, premiar os que fazem bem. Tem sido um trabalho a esse nível na componente imaterial de que se fala menos, mas que eu devo dizer que tem uma repercussão na qualidade de vida das pessoas muito relevante e tem corrido muito bem.

A morte dos peixes teve a ver com descargas permanentes do sistema de descarga pontual da estação elevatória da Etar da AdCL. Tem problemas técnicos graves. E esta última é uma rutura profunda da conduta enterrada a seis metros e meio de profundidade, o que tecnicamente levou a uma operação de resolução muito complicada e demorada.

São acidentes que acontecem e só aquelas pessoas que não sabem o que é a engenharia e acham que isto é tudo ciências exatas e funciona sempre a 100%, as ciências exatas não funcionam sempre a 100%.

E, portanto, são acidentes que se lamentam, mas nós não fazemos folclore com isto. Falámos com a empresa, tratámos de tudo com a APA, tudo com a Junta de freguesia, a senhora presidente também esteve envolvida neste processo para resolver e para pressionar a AdCL para que cuida de baixar a probabilidade de voltar a acontecerem situações destas. Em relação à Avenida 25 de Abril. Enfim, eu já disse isto e o Diário de Aveiro fez uma notícia correta. Vocês passam em várias obras da Câmara e elas estão paradas! Essa estória que a obra está em curso e quer dizer que é uma obra que tem trabalhadores todos os dias a trabalhar, não é verdade. Vou dar exemplo. A empresa que vai fazer a obra de reabilitação da piscina que lhe chamamos do Galitos e do pavilhão que chamamos de Alvarium, nos dias que montou estaleiro, se vocês fossem às outras 3 obras que eles têm no nosso município, não estava lá trabalhador nenhum.

Porquê? Foram todos montar o estaleiro. Portanto essa coisa de verem uma obra parada nem sempre é verdade. As obras na 25 de Abril começaram agora. Aí e tal já está atrasada. Não está atrasada coisa nenhuma.

Segundo, entendemos logo no arranque da obra por solicitação do nosso empreiteiro que era preciso fazer uma atualização do estado fitossanitário do parque arbóreo. Viram lá seguramente técnicos da entidade que nos fez a primeira avaliação da universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro a fazer esse trabalho. E ainda hoje, não sei se algum de vocês me viu estive lá logo de manhã, comecei o meu dia por lá com o meu chefe de gabinete e a nossa chefe de divisão, para fecharmos uma discussão que estamos a ter, para tomar decisões adicionais àquelas que tomámos quando fechámos o processo. E, portanto, vão sair todas as árvores que não têm viabilidade ou que têm um elevado risco de terem que sair pela nossa mão ou pela força da natureza, nos próximos anos.

E vão ficar as árvores que são novas e que ainda têm níveis de viabilidade com longevidade relevante. E, obviamente, não vamos deixar que se num troço da Avenida, ficar uma isolada, obviamente que não vai ficar uma isolada. Esta operação tem que ser tratada por zonas e por grupos de árvores.

Portanto é dessa maneira muito correta, compreendendo aquilo que o Presidente Fernando Marques diz “tirem tudo” porque na discussão com o nosso projetista ponderámos essa situação. Mas depois analisado todo o conjunto de fatores, entendemos que era melhor fazer de outra maneira. A verdade é que com o trabalho da UTAD estamos a fazer e façam uma coisa como eu fiz hoje: vão lá passear e olhem com atenção. Vocês não são técnicos, mas vão lá caminhar e olhem com atenção.

Portanto nós não andamos aqui para pôr as árvores abaixo, para fazer loucuras. Nós andamos aqui para governar bem. Se governar bem é tirar uma árvore, nós vamos tirar. Se governar bem e deixar uma árvore nós vamos deixar.

Aquilo que vamos querer e que vai acontecer e vamos passar a ter uma Avenida 25 de Abril de grande qualidade urbana. Segura e com árvores. Algumas que lá estão e não vão ser as mais velhas, porque as mais velhas estão em fim de vida. Uma árvore é um ser vivo e os seres vivos têm fim de vida mais longo, mais curto, mas todo o ser vivo tem fim de vida e nós não podemos estar a fazer uma obra hoje que vai perdurar não sei quantos anos (20, 30, 50 70) correndo o risco de daqui a 1, 2 ter que andar a arrancar árvores. Ou ter a má notícia de que no vendaval x caiu uma e fez o estrago a ou b. É este o quadro de trabalho e é este o quadro de decisões que vamos fechar amanhã mesmo, para que o nosso empreiteiro que nos tem sinalizado a retoma de trabalho durante a próxima semana, siga o seu caminho tranquilo, a executar uma obra de um projeto que nós gostamos particularmente.

Em relação às escolas. Nós temos muitas obras em curso. Neste momento há obras em Azurva, Quinta do Loureiro, Póvoa do Paço, Bom Sucesso, N. S.^a de Fátima, estão para começar as obras em Eixo, Solposto e Barrocas. Em projeto está Esgueira. Em concurso, vamos lançar o terceiro concurso, foi o nosso mais grave “acidente” em escolas, a escola dos Areais. E em preparação de concurso para tentarmos arranjar empreiteiro, Santiago. E a preparar concurso para arranjar projetista Alumieira, Sarrazola e Leirinhas.

Não é ainda tudo porque há ainda um trabalho em Oliveirinha apara terminar, para terminarmos em termos de definição daquilo que foram as soluções estão na Carta Educativa para seguirmos também com essa operação e com essa fechamos tudo aquilo que está definido nossa Carta Educativa.

A praça de táxis foi um erro da Câmara no nosso mandato anterior. Porque nós decidimos localizar ali uma praça de táxis e cometemos um erro. Não pedimos autorização à reitoria. Quando a reitoria viu a praça de táxis discordou e mandou retirar. Nós, obviamente, ainda tentámos sensibilizar para a sua importância, mas obviamente quem manda no campus universitário é a reitoria e nós retirámos. Portanto o erro que cometemos foi que houve um erro de procedimento nosso e não tivemos a concordância prévia e, por isso, foi retirado. A Reitoria não quer, é quem manda, e nós temos que respeitar, independentemente de discordarmos. Mas respeitamos como não podia deixar de ser.

Muito obrigado Marta, pela sua leitura profissional e muito rigorosa em bom português, do decreto-lei. Quem lê de forma séria o decreto-lei, sabe, que não é preciso estar lá Antropólogo nenhum.

Aquilo que é obrigatório e Arqueólogo residente. Se aparecer, algo que exige a mobilização da competência de Antropologia ela imobilizada. Se apanharmos la uma nau Catrineta, são mobilizados recursos na área da Arqueologia subaquática, etc.

A Câmara cumpre o quadro legal. Este projeto tem duplo parecer das entidades que tratam desta matéria em Portugal. Direção Regional de Cultura do Centro e Direção Geral do Património Cultural. Tem o duplo parecer. O Senhor David Iguaz pode dar aulas do que quiser. Mas aulas de lei e de cultura à Câmara de Aveiro, a Direção Regional de Cultura do Centro e à Direção Geral do Património Cultural, não dá.

Eu sei que o humor não está na moda. E tanto não está na moda que hoje o stand up comedy não é grande sucesso. Porque as pessoas estão a tirar o humor da sua relação. O senhor David Iguaz foi fazer um ato provocatório naquele dia aberto da obra.

Eu não nasci ontem nem nenhum de vocês nasceu ontem. A televisão que lá estava não foi convidada por nós! É a mesma televisão estava com o Senhor David Iguaz naquela célebre agressão das árvores em São Bernardo. Esta televisão é a mesma do programa que a Ana Maria falou à bocado. Tudo isto tem mecanismos montados. Nós sabemos tudo. Eu só tive aquela frase misturando o humor para que a exibição do Senhor Davis acabasse no início. Porque aquilo que ele queria era um folclore e adulterar completamente o que ali se está a fazer.

Abrimos a obra, porque esta é uma obra delicada, diferente. Que usa métodos construtivos raros e é uma oportunidade para as pessoas aprenderem. Porque a ignorância é a pior ferramenta para se viver e nós sabemos e também queremos dar oportunidade aos cidadãos, de acompanhar uma obra única que aquela é uma obra única, muito rara na sua tecnicidade.

Provocações. Nós fomos ali provocados, eu usei humor, quero lá saber se o Davis é espanhol ou é escocês, não tenho nada a ver com isso. A expressão foi aquilo que vocês sabem. Eu percebo que, reconhecido o insucesso do Partido Socialista com o Davis Iguaz como político, esta disputa entre o PAN e o Bloco de Esquerda, para terem o David Iguaz à próxima eleição é muito interessante. E nós vamos acompanhar com entusiasmo essa vossa disputa. Aquilo que vos quero dizer, aliás vai ser notícia, não na próxima semana, mas na

outra, mais uma derrota do Senhor Davis Iguaz na outra frente de luta jurídica e, portanto, é por aqui que nós vamos.

Portanto não percamos o sentido de humor. O que foi importante foi abrir a porta. Não me interessa se foi muita gente, foi pouca gente, não me interessa nada. Foi quem quis ir. E é sempre assim em democracia. Quando nós abrimos a porta, convidamos toda a gente e vai quem quer. Eu podia ter arregimentado gente, era muito fácil, mas isso não interessa para nada. Foi quem quer.

Vamos abrir novamente esta obra. Não estamos a ponderar outras porque não é útil. Se entendermos que é útil muito bem. Mas vamos fazer a segunda visita. Eu tive uma emergência fisiológica, mas mantive ouvido à escuta. E a ideia de uma segunda visita a meio do mandato, também acompanhada de uma refeição é uma ideia que acolhemos com agrado e com júbilo.

As questões várias dos sem-abrigo, dar-vos nota que estão todas cadastradas, acompanhadas pelo nosso núcleo, tudo a ser devidamente trabalhado. É bom que saibam que em Aveiro, nós só temos os sem-abrigo que querem ser sem-abrigo. No sentido de se querem ser abrigados, nós abrigamos.

Agora há pessoas que tem opções de vida e depois nós temos que procurar, enfim, gerir e equilibrar, ajudar e não é fácil, não é um dossier e fácil. Mas temos um excelente grupo de trabalho com várias entidades nessa frente e devidamente acompanhado pela nossa vereadora Tera Grancho.

A grua. Ó Jorge Greno, o meu amigo também está contaminado por aquela conversa de á bocado! A PSP é que tem que comprar a grua, não é a Polícia Municipal. A PSP tem que comprar a grua. A PSP tem que fazer o seu trabalho. Lá voltamos à mesma coisa. Esta coisa de que o Governo não faz e tem de fazer a Autarquia! Eu não sou José Luis Carneiro. Não sou. Portanto é preciso uma grua, a PSP está farta de saber a nossa opinião. Vejam, nós oferecemos os nossos bloqueadores de rodas, novos, oferecemo-los à PSP e não os quiseram.

E, portanto, cada um tem que fazer aquilo que é da sua responsabilidade. E se seguimos na tanga do Governo atual de transformar as suas obrigações em obrigações dos outros, nós não seguimos. Por mais que no exercício da conquista das simpatias de curto prazo, isso possa ser útil. Mas nós não andamos aqui para conquistar simpatias de curto prazo.

Nós andamos aqui para conquistar simpatias de médio e longo prazo e fazer bem, para as pessoas terem mais qualidade de vida e serem mais felizes.

As ervas do Soldado Desconhecido. A obra está toda entregue ainda ao empreiteiro, inclusivamente a manutenção dos relvados e dos espaços com ervas, as árvores etc. Tivemos um corte de vandalismo de 3 árvores, três. Pronto, é a vida. Essas vamos ter que as pagar. Porque se elas secarem o empreiteiro tem que repor. Se é um ato de vandalismo que foi lá cortar, somos nós que pagamos. E tivemos três cortadas.

A empresa tem um subempreiteiro que se atrasou na manutenção e agora há essa área do soldado desconhecido que está no limite, entre a manutenção que ainda recupera ou a necessidade de instalar o novo relvado. Portanto até a obra acabar está tudo entregue ao empreiteiro. Obviamente que gostamos que as coisas estejam mais bonitinhas, mas está tudo ainda em obra.

A SIC (eu não devia ter dito este nome) há uma televisão que fez o tal programa, eu não vou ler porque tenho pouco tempo já e o email ainda é grande, mas vou enviar para o Senhor Presidente para enviar para todos. Quando fomos contados por esse programa, dissemos que não estávamos disponíveis para falar, mas estávamos disponíveis para dar informação. Fizemos um email com a informação toda direitinha. As obras ilegais feitas pelas pessoas, as telhas de fibrocimento, a perigosidade ou não perigosidade do amianto, está tudo escrito. Como não vi a reportagem, apenas tenho o sumário, a nota do meu sumário é que não

ligaram puto áquilo que a Câmara escreveu. Aliás, não sei se se lembra do mesmo programa que usou uma senhora idosa na rua do Freixo, em Verba, junto àquela fábrica que faz pás eólicas. É o mesmo programa. Portanto cuidado com a informação, com a demagogia, especialmente com aqueles que tentam usar a eventual desgraça de alguém para atacarem politicamente uma Câmara Municipal. Vou então enviar o email ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pedindo que o reenvie. Não vou mexer no email. Vou reenviar e peço ao Senhor Presidente que faça o gesto replicado para cada um dos senhores autarcas da nossa Assembleia Municipal.

O Avenida Café. Nós gostamos muito do Avenida Café! Fomos parceiros. Mas não fomos nós que pusemos o Avenida Café no sítio onde está. Foi um negócio entre privados. E chamo atenção da Petição, que a recebi hoje por email, embora já sabia dela porque foi notícia nos jornais. O senhor que a assina é professor na Universidade de Coimbra. O senhor que a assina é professor na Universidade de Coimbra. Continuamos a trabalhar a Cultura com toda a atenção, com todo o cuidado, com todo o zelo. Continuamos a chamar a atenção de todos que, nas candidaturas a Capital Europeia da Cultura, nada determina a vitória nem nada determina a derrota! E tudo é pequenino e relevante para contribuir para a vitória ou para contribuir para a derrota.

É só isto, que cada um deve ficar na sua mão e esta estória da Avenida Café é uma história absurda, porque as dinâmicas privadas da cidade que o levaram ali, tirando do sítio onde estava com uma dimensão diferente, são as dinâmicas que o tiram dali. São as dinâmicas que o poderão levar para outro sítio. Estamos a trabalhar com as pessoas. É um casal fantástico, gente do melhor, e estas Petições e este granel negativo, é negativo também para eles.

Estas almas que se põem a fazer estas coisas, estes atos errados, atos negativos. Tomem atenção a todos os pormenores, porque a vida das grandes operações e o sucesso das grandes operações, em regra, não está nas grandes questões, está nos pequenos pormenores. Atenção e cuidado. Nós estamos a trabalhar para ganhar o título de Capital Europeia da Cultura. Cuidando de todas as coisas grandes e importante e cuidando de todos os pormenores, dando o máximo de que somos capazes. Se ganharmos, nada começa em Aveiro. Se perdermos, nada acaba em Aveiro.

Mas se ganharmos, é uma oportunidade importante por vários aspetos que a Sara disse e tantos outros para nós crescermos da nossa capacidade de produzir cultura, na nossa notoriedade como território, na capacidade de atrair consumidores, investidores, investigadores, alunos, etc. É nesse quadro que nós estamos muito empenhados.

Quanto à Feira do Livro. Dar nota que esta edição que está a terminar, foi uma edição excelente. Tivemos o mesmo número de livreiros que no ano passado. Apenas entraram 2 novos e saíram 2. Um deles não veio (a livraria Santa Joana) porque não tem recursos humanos disponíveis para vir. O outro não veio porque entendeu que está ali ao lado da Feira do Livro e que não fazia sentido, que é a Bertrand.

No entanto, temos mais 4 stands. Aumentou a área dos livreiros. A nossa Feira do Livro é uma Feira do Livro para agentes locais de pequena dimensão. Não há cá editores grandes. Primeiro por promoção de princípio de gestão. Segundo, porque não temos espaço. A Feira do Livro que temos na nossa cabeça, para a sua edição de 2024, aí sim, vamos dar um pulo para outro patamar. Mas é em 2024 a de 2023 será ainda em moldes idênticos. Tem corrido muito bem, na programação, vários aspetos que a Sara referenciou e, portanto, é neste patamar que nós vamos querer continuar a crescer. Em próxima oportunidade responderei a todas as questões que não fui capaz de responder hoje. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁵⁸

“Senhor Presidente, duas pequenas coisas. Uma é que, não como deputado municipal ou como substituto, mas enquanto responsável do PCP pelo trabalho das autarquias do concelho, não tive conhecimento para fazer essa visita. Estive a consultar os meus mails, mas não tive conhecimento dessa visita. Não estou a dizer que a Câmara não me convidou. Estou a dizer que pode ter havido um problema de circulação de informação dada esta situação de frequente impedimento do eleito estar presente. Irei averiguar, caso tenha sido lapso municipal não deixarei de o indicar, mas queria dizer que às vezes acontecem dessas coisas. Saibam que não é de certeza desinteresse nosso pelo andamento das obras no concelho.

A segunda questão tem a ver com algo em que nós nunca nos iremos entender. E quando digo nós, não é uma questão pessoal é uma questão política entre o PCP e o Engº Ribau Esteves. É que aquilo a que ele chama formalismo eu chamo estrito cumprimento da lei e o respeito pelas competências da assembleia municipal.

Não é uma questão de dicionário é uma questão de apreciação política. Se parte dos membros da Assembleia não querem exercer as suas funções regulamentares, olhem paciência. Mas que elas existem, existem.”

Não havendo mais intervenções, de seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, o Presidente da Mesa colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁶⁰ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da reunião, informando que a sessão continua no próximo dia 09 de Junho (quinta-feira).

Eram 24:00 horas do dia 02 de Junho de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:30)